



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PJPA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO – ANO 2016

2016-2020

EXPEDIENTE

CONTÉUDO

Comissão Gestora do PLS
Grupos de Trabalho

COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

Núcleo Socioambiental
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

REVISÃO TEXTUAL

Terezinha Lobato – Analista Judiciário Núcleo Socioambiental

PROJETO GRÁFICO

Suzanna Prado - Designer

**PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

DES. RICARDO FERREIRA NUNES
Presidente

DES. LEONARDO DE NORONHA TAVARES
Vice-Presidente

DES. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
Corregedor da Região Metropolitana de Belém

DESA. VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
Corregedora das Comarcas do Interior

COMISSÃO GESTORA DO PLS-PJPA - PORTARIA Nº827/2017-GP

DES. RICARDO FERREIRA NUNES
Presidente

MARIA CLARICE DE CARVALHO VALENTE
Secretaria de Gestão de Pessoas

JOAQUIM AUGUSTO GOMES DE SOUZA MEIRA
Secretaria de Engenharia e Arquitetura

FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS FILHO
Secretário de Administração

SUELI LIMA AZEVEDO
Secretária de Planejamento

MANOEL DE CRISTO ALVES NETO
Coordenador de Saúde

FÁBIO DJAN OLIVEIRA DE LIMA
Coordenador do Setor de Estatística

WILL MONTENEGRO TEIXEIRA
Assessor da Coordenadoria de Imprensa

EVELISE DE OLIVEIRA RODRIGUES
Coordenadora do Núcleo Socioambiental

KARLA LOREN LOPES GONÇALVES
Diretora do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

SUMÁRIO

Palavra do Presidente.....	01
Metodologia.....	02
1. Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo	
1.1 Papel	
1.2 Copo descartável	
1.3 Água envasada em embalagens plásticas	
2. Gestão das impressões de documentos e equipamentos instalados	
3. Gestão do consumo e gasto com energia elétrica	
4. Gestão do consumo e gasto com água	
5. Gestão de resíduos sólidos	
6. Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho	
7. Gestão de serviços de telefonia	
8. Gestão de serviços de vigilância	
9. Gestão de serviços de limpeza	
10. Gestão do consumo de combustíveis	
11. Gestão do uso sustentável de veículos	
12. Gestão de layout	
13. Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental	

PALAVRA DO PRESIDENTE

O PLS-PJPA foi estabelecido pela Portaria nº1324/2016-GP, de 30/03/2016, atendendo aos ditames da Resolução nº201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que normatizou as práticas de sustentabilidade no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário.

A sustentabilidade deve ser analisada como um novo paradigma para a reconstrução de valores e conceitos presentes na sociedade pós-moderna, visando um nexos de empatia entre os sujeitos sociais e a formação de uma mentalidade solidária e preocupada com a sobrevivência em condições dignas e equilibradas. O Professor Juarez Freitas em sua obra “Sustentabilidade – Direito ao Futuro” ensina com maestria que:

A sustentabilidade aparece, nessa linha, como dever ético e jurídico-político de viabilizar o bem-estar no presente, sem prejuízo do bem-estar futuro, próprio e de terceiros. Não apelo trivial, epidérmico, retórico e de fachada, porém uma diretriz vinculante, que reforma estruturalmente o jeito de compreender e aplicar o sistema normativo (FREITAS, 2016, p.15).

Dessa forma, o PLS surgiu para transformar cada tribunal em um ator social na condução sistêmica de pilares imprescindíveis a uma gestão eficiente e democrática: ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos; a gestão adequada dos resíduos sólidos; a qualidade de vida no ambiente de trabalho; a educação, comunicação e sensibilização ambiental; as licitações sustentáveis; construções sustentáveis e responsabilidade social.

Com esse propósito que o PJPA se empenhou no primeiro ano do plano em realizar práticas de sustentabilidade, em especial no item Gestão de Resíduos, tendo sido desenvolvido o Projeto “Descarte Consciente”, de responsabilidade do Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário do Pará, que foi premiado, na terceira colocação, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos Seção Pará (ABRH – PA), como uma das boas práticas em gestão de pessoas, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social adotadas no Estado.

O presente Relatório de Desempenho demonstrará que muitas ações ainda estão em fase embrionária, por se tratar de mudança de paradigmas em uma instituição ainda arraigada aos costumes insustentáveis de rotinas de trabalho. Avanços discretos foram observados, especialmente no tocante à inserção do plano de logística sustentável no planejamento estratégico do órgão ao final de 2016, no macrodesafio governança judiciária, deixando de ser observado apenas como um valor que norteia as ações do judiciário paraense.

Na qualidade de novo gestor do órgão, à frente da coordenação do PLS-PJPA, conclamo o corpo funcional e força auxiliar de trabalho para efetivarmos o plano de trabalho do biênio 2017/2019, especialmente no tocante ao desenvolvimento da sustentabilidade, como uma política pública essencial à cidadania e à promoção da pacificação social e justa em suas multidimensões.

DES. RICARDO FERREIRA NUNES
Presidente
Coordenador PLS-PJPA

METODOLOGIA

A responsabilidade pelo efetivo sucesso deste Plano coube aos responsáveis das 13 ações propostas no PLS-PJPA, com o apoio do Núcleo Socioambiental.

O relatório de desempenho do PLS-PJPA, ano 2016, busca demonstrar o empenho deste Tribunal em desenvolver práticas de gestão voltadas ao alcance do ponto de equilíbrio entre produção e consumo, nas relações entre os seres humanos e o meio ambiente.

A eliminação de desperdícios esteve como principal objetivo, a fim de se atingir a economicidade com redução do uso dos recursos ambientais.

Para a avaliação do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Pará, instituído pela Portaria nº1324/2016-GP, foi utilizada a seguinte metodologia:




- Monitoramento dos dados de consumo por meio de informações prestadas pelas unidades responsáveis ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, apurados de forma mensal, semestral e anual;
- Os indicadores referentes aos gastos trazem os dados em reais (R\$) no valor bruto.

Destaca-se a Portaria nº3830/2015-GP, de racionalização, monitoramento, contenção e contingenciamento de despesas, que extinguiu a aquisição de copos com água envasada; reduziu em 50% a aquisição de copos descartáveis de 200 ml para o consumo de água; em 20% o consumo de materiais de expediente, cabendo a todas as unidades zelarem pela economia e racionalização e contribuir para o alcance das metas deste plano.

Os itens avaliados totalizam 62 indicadores, agrupados em 13 ações referentes ao consumo de papel, copo descartável, água envasada em embalagens plásticas, impressões, equipamentos, energia elétrica, água, resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, serviços de telefonia, vigilância, limpeza, combustíveis, veículos, layout e capacitação de servidores em educação socioambiental.

O relatório foi construído de forma participativa, os responsáveis pelas ações enviaram ao Núcleo Socioambiental a análise, o comentário sobre a meta e o desempenho do plano neste primeiro ano, identificando as ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

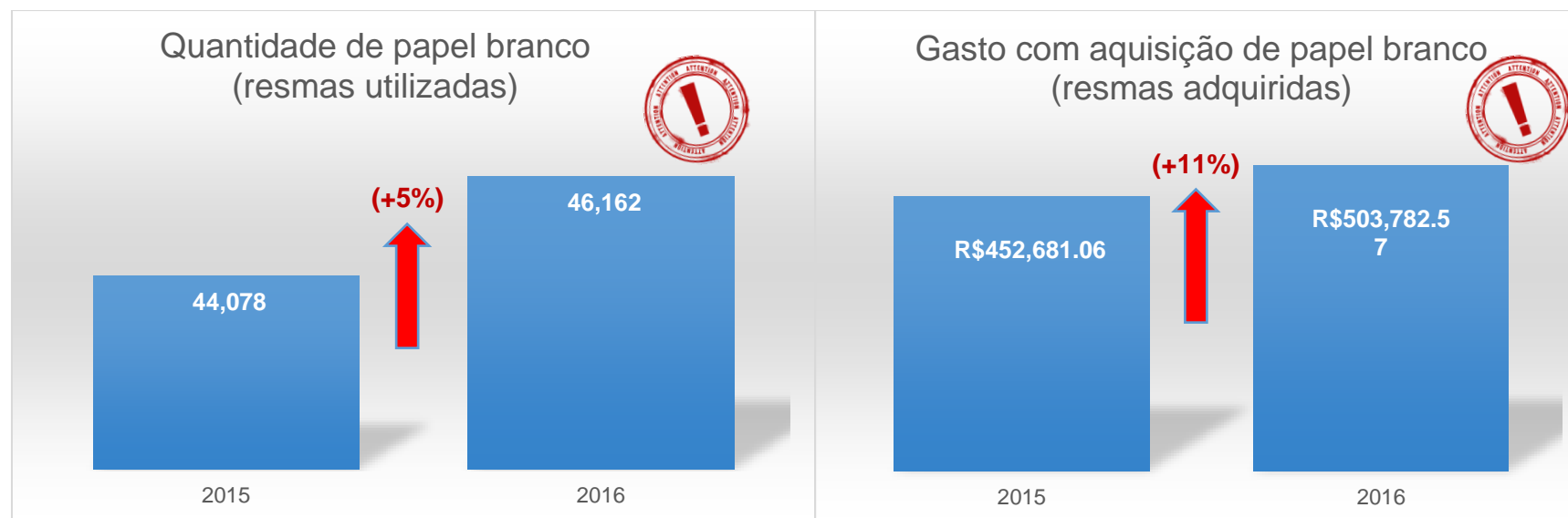
Com o fim de auferir o desempenho das metas deste plano, foram utilizados ícones gráficos, conforme legenda abaixo:

meta cumprida	meta não cumprida	resultado positivo
		

1. GESTÃO DE USO SUSTENTÁVEL DOS MATERIAIS DE CONSUMO

1.1 PAPEL

- **Objetivo:** Diminuir o consumo, combatendo o desperdício, a fim de reduzir o impacto ambiental e econômico de papel.
- **Responsável:** Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços/ Secretário de Administração.
- **Meta:** Reduzir 10% do consumo de papel ao ano (meta regressiva).
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística.
- **Indicador:**



- Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações:

Em 2016, o aumento do número de impressoras (39,16%) foi superior em relação ao quantitativo de estações de trabalho (0,68%), resultando em maior consumo de papel já que existem mais impressoras em operação dentro de uma mesma unidade administrativa e judicial.

Houve aumento das demandas processuais, do quantitativo de magistrados (9,69%), da área construída (10,22%), o que se materializou na ampliação e modernização da estrutura predial das unidades do PJPA (Fóruns e Juizados Especiais) com a inauguração de novas varas e o incremento do consumo de papel.

O aumento do custo de aquisição do papel em 11% se justifica pela variação do preço desse produto em diferentes atas de registro de preço.

Para o alcance da meta, algumas ações merecem destaque:

- a. Aquisição de impressoras com modo frente/verso automático, configuradas como padrão e em modo econômico.
- b. Campanhas de consumo consciente e incentivo à reutilização de papel para borrões e anotações.
- c. Intensificação da utilização do sistema de processo administrativo digital Sigadoc, com retirada da opção impressão.
- d. Ampliação do processo judicial eletrônico – Pje.
- e. Conscientização e divulgação ao corpo funcional e força auxiliar de trabalho acerca da agenda socioambiental do PJPA;
- f. Publicação de portarias que estabeleçam medidas de racionalização, monitoramento, contenção e contingenciamento de despesas no âmbito do PJPA.

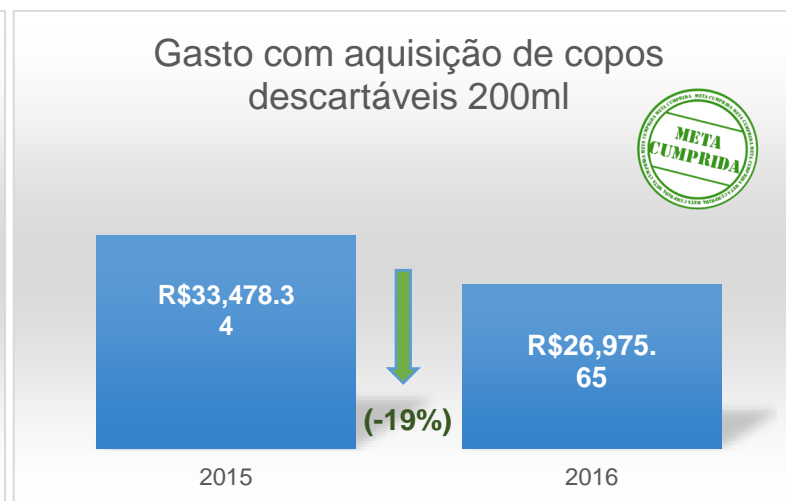
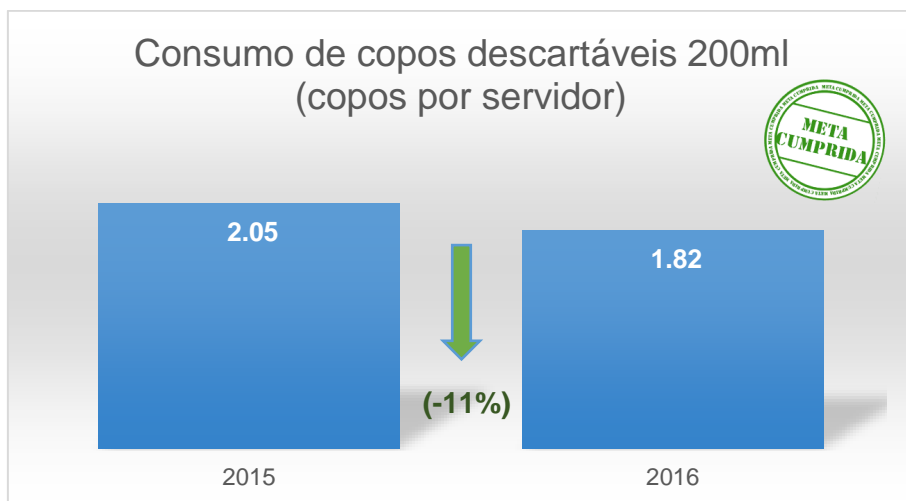
Quanto aos dados informativos para o indicador *consumo/gastos com papel reciclado*, não existem dados informativos uma vez que não fazem parte do catálogo de compras do PJPA.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Emitir e enviar, mensalmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental o relatório de consumo de papel, conforme indicadores do CNJ. Abrangência: em todo o PJP	ATENDIDA	- Relatório enviado.
2	Padronizar configuração das impressoras para impressão frente/verso e economia de toner. Abrangência: em todo o PJP	EM ATENDIMENTO	- A Secretaria de Informática ressaltou que o procedimento de padronização de configuração para impressão frente/verso e economia de toner faz parte das atividades de instalação de impressoras em todos os locais nos quais são instaladas, desde o ano de 2013, em todo o Poder Judiciário do Pará.
3	Estabelecer a ecofonte como padrão de impressões Abrangência: em todo o PJP	EM ATENDIMENTO	- Não houve avanço acerca da implementação no primeiro ano. A partir de 2017, a configuração padrão das máquinas recebidas no laboratório, assim como, todos os equipamentos que passam por manutenção preventiva serão configurados com a ecofonte como padrão de impressão. Até o encerramento do ano, pretende-se completar a instalação em todo o parque computacional do PJP e adaptar os relatórios padrões gerados pelos sistemas.
4	Instituir portaria de regramento de requisição de material de consumo, estabelecendo pedidos mensais e os adicionais, mediante justificativa e assinatura do gestor da unidade. Abrangência: em todo o PJP	ATENDIDA	- Portaria nº303/2015-GP
5	Expandir o Processo Judicial Eletrônico. Abrangência: em todo o PJP	EM ATENDIMENTO	- Até fevereiro/17, 60 unidades judiciárias já o utilizam. A ampliação depende de cronograma do Grupo Gestor do Sistema PJE.

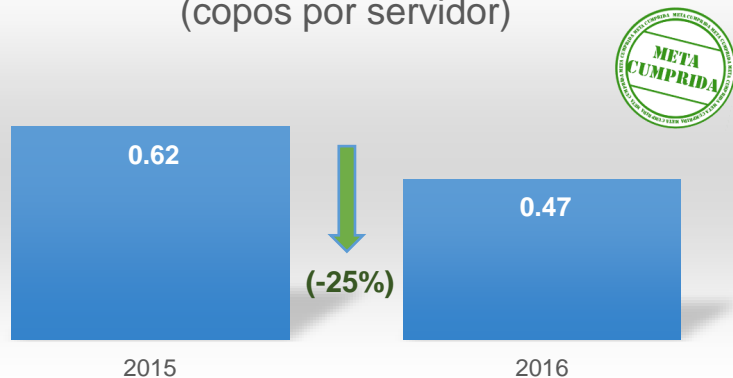
1.2 COPO DESCARTÁVEL

- **Objetivo:** Diminuir o consumo e os custos com copos plásticos, incentivando o uso das canecas.
- **Responsável:** Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços.
- **Meta:** Reduzir 10% do consumo de copo descartável ao ano.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística.
- **Indicador:**

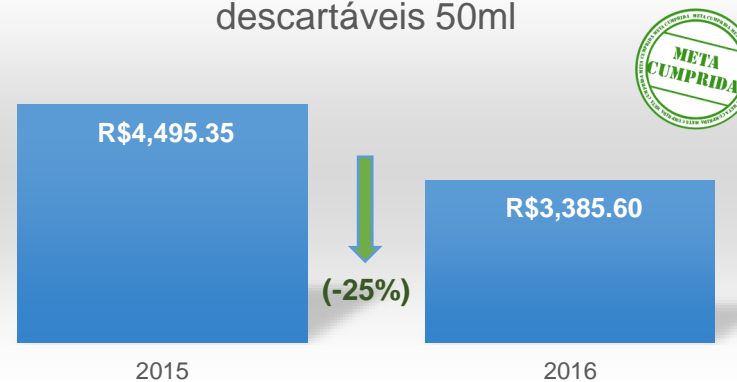


*Dados referentes à utilização/gasto com aquisição de copos descartáveis de 200 ml para atender à Região Metropolitana de Belém, uma vez que as comarcas do interior adquirem copos plásticos por meio de suprimento de fundos. A proporção de copos/servidor restou reduzida em função da fórmula haver sido calculada com base no total do corpo funcional.

Consumo de copos descartáveis 50ml (copos por servidor)

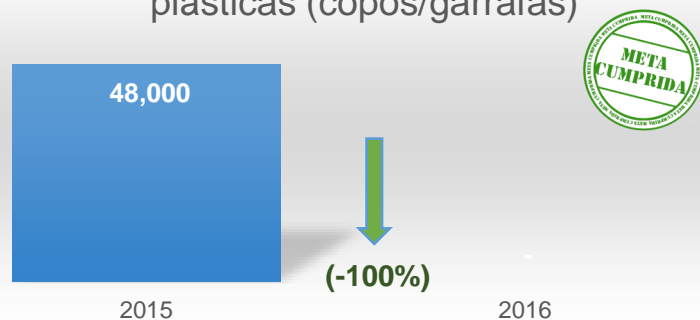


Gasto com aquisição de copos descartáveis 50ml

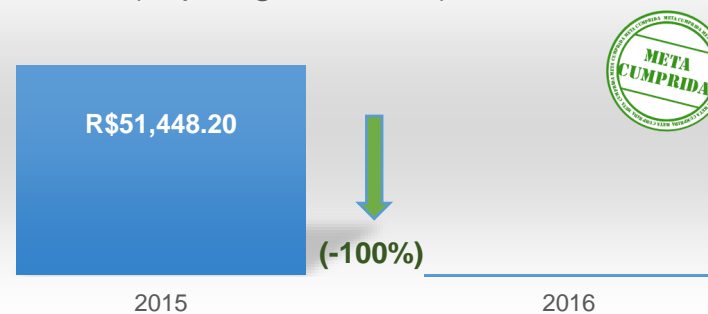


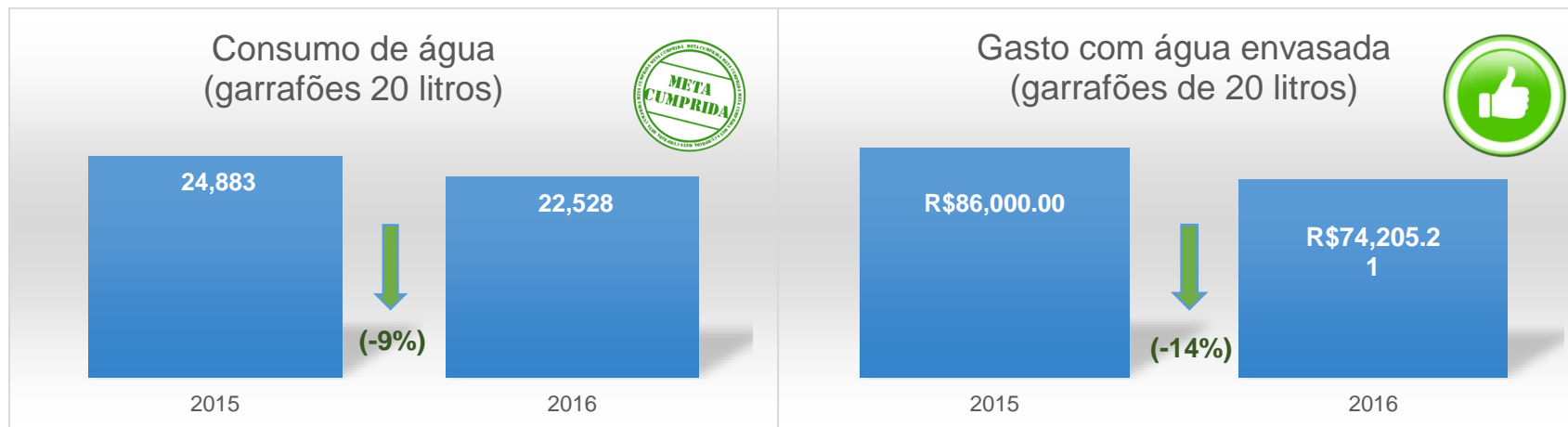
*Dados referentes à utilização/gasto com aquisição de copos descartáveis de 50 ml para atender à Região Metropolitana de Belém, uma vez que as comarcas do interior adquirem copos plásticos por meio de suprimento de fundos. A propoção de copos/servidor restou reduzida em função da fórmula haver sido calculada com base no total do corpo funcional.

Consumo de água em embalagens plásticas (copos/garrafas)



Gasto com água envasada (copos/garrafinhas)





*Dados referentes ao consumo/gasto com garrafões de 20 litros para atender à Região Metropolitana de Belém, uma vez que as comarcas do interior adquirem os garrafões por meio de suprimento de fundos.

- Análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações:

Em relação ao consumo de copos descartáveis, a meta de redução foi atingida e superada em 25%, em função da distribuição de canecas térmicas para o corpo funcional da Região Metropolitana de Belém; orientação de uso de copos descartáveis apenas para atendimento ao público e publicação da Portaria nº 3830/2015-GP, que estabeleceu medidas de racionalização, monitoramento, contenção e contingenciamento de despesas no âmbito do PJPA, determinando a redução de 50% do consumo do item copos plásticos.

A mesma Portaria extinguiu a aquisição de copos plásticos de água envasada, eliminando essa prática e atingindo a meta de redução de 5% ao ano, em fortalecimento ao uso de copos reutilizáveis e o consumo de água mineral em garrafões de 20 litros. Como incentivo ao uso, o Núcleo Socioambiental desenvolveu rotina de controle de higienização dos bebedouros com a equipe técnica e afixou etiquetas que garantam a publicidade da ação aos usuários que monitoram e demandam a limpeza mensalmente.

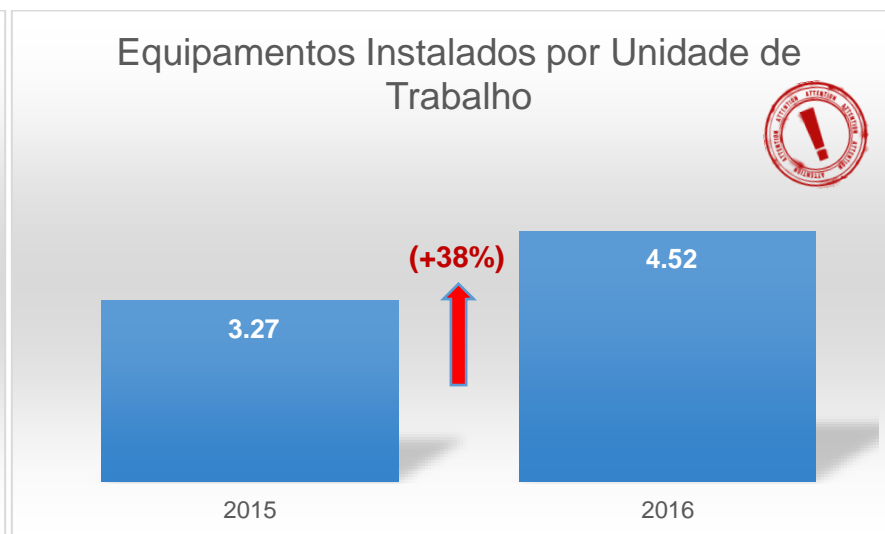
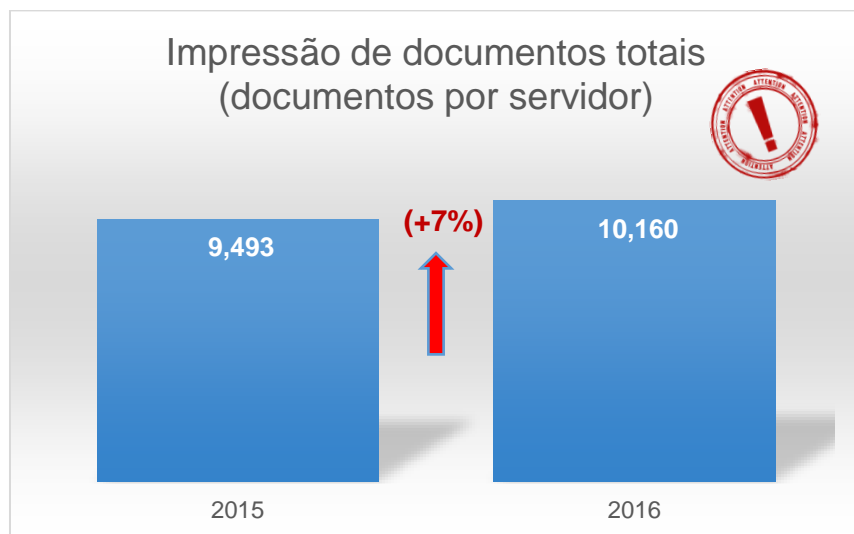
No ano de 2016, foram consumidas 22.528 unidades, o correspondente a 450.560 litros de água.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

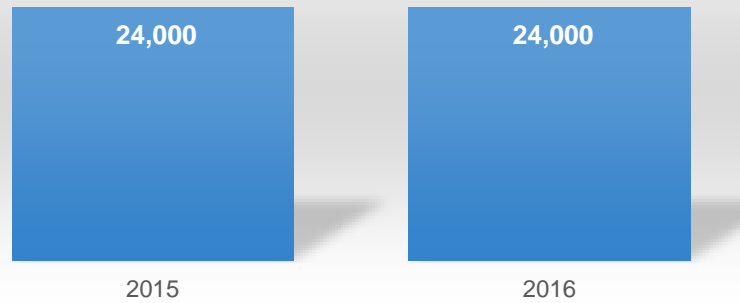
AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Emitir e enviar, semestralmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental o relatório de copos descartáveis de 200 ml e 50 ml, conforme indicadores do CNJ. Abrangência: em todo o PJPA	ATENDIDA	- Relatório enviado.
2	Adquirir copos plásticos descartáveis com material polipropileno ou papel. Abrangência: Capital e região metropolitana	ATENDIDA	- Aquisição realizada com referência PP(polipropileno).
3	Emitir e enviar, mensalmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental o relatório de consumo de garrações de 20 litros, conforme indicadores do CNJ. Abrangência: em todo o PJPA	ATENDIDA	- Relatório enviado.

2. GESTÃO DA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

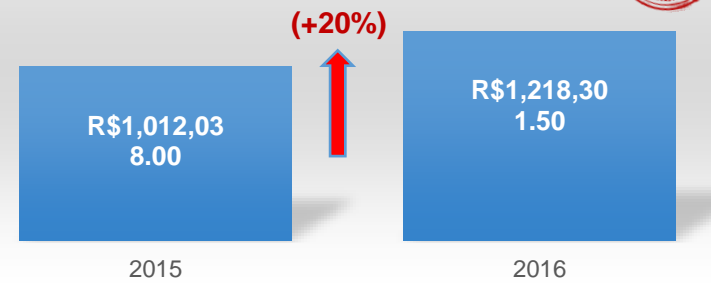
- **Objetivo:** Promover a prática da ecoeficiência no PJPA, com estímulo à redução do consumo de suprimentos de impressão e promoção do descarte adequado de suprimentos.
- **Responsável:** Coordenador da Coordenadoria de atendimento ao usuário/Secretário de Informática.
- **Meta:** Reduzir em 5% o número de impressões por usuário, a partir de 2017, em função da ausência de consolidação de dados para linha base.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística
- **Indicador:**



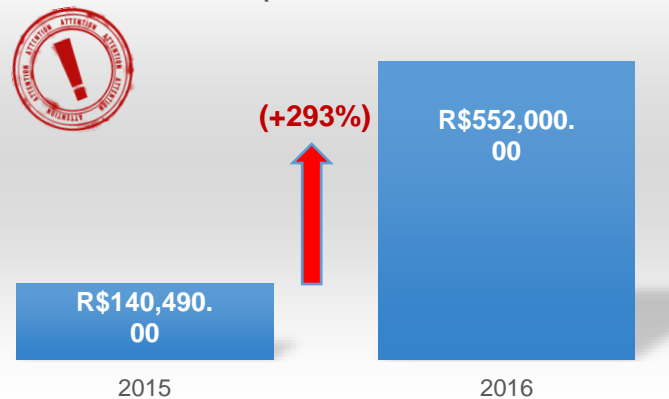
Performance dos equipamentos instalados (impressões)



Gasto com aquisição de suprimentos (informática)



Gasto com aquisição de impressoras

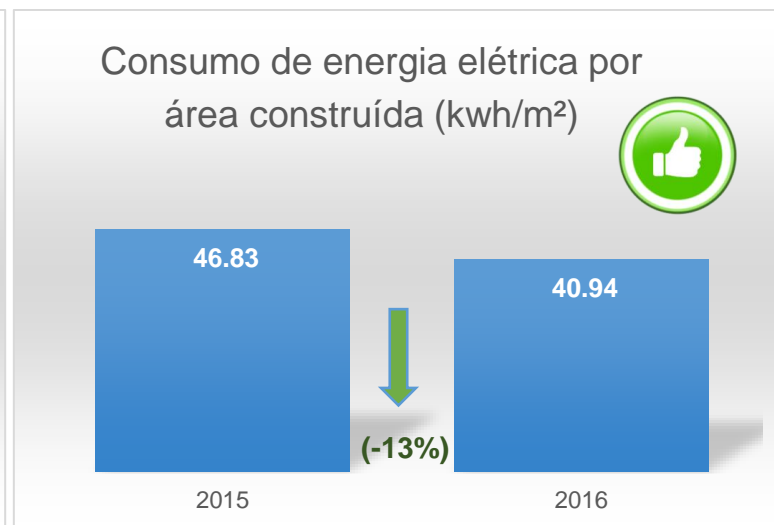
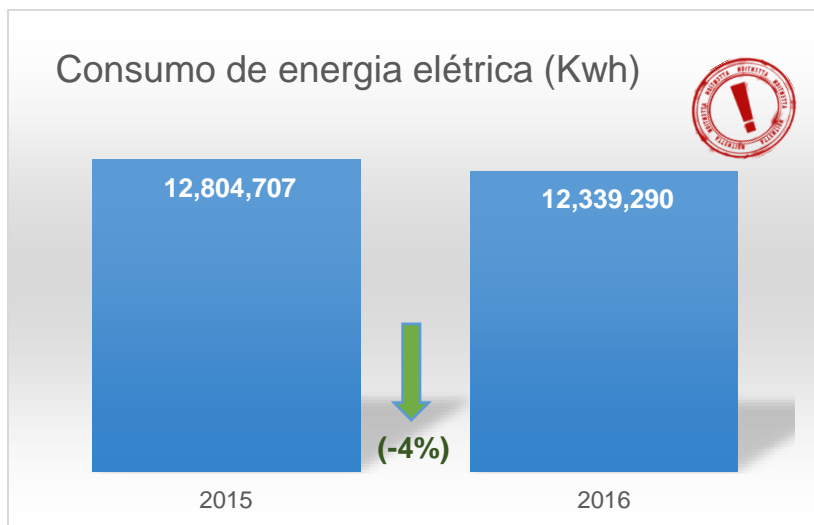


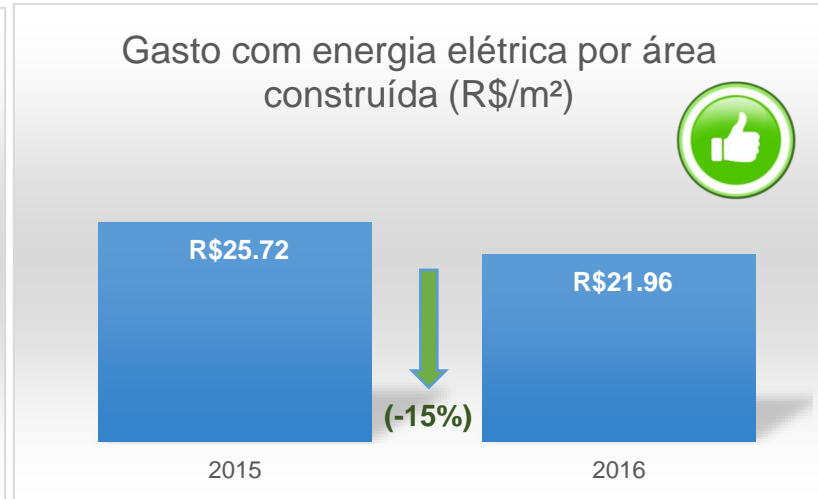
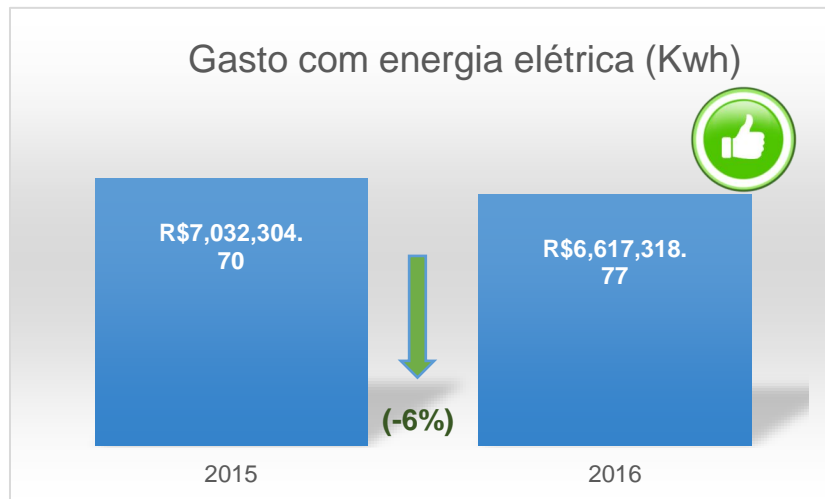
Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Emitir e enviar, semestralmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental relatório sobre impressão de documentos e equipamentos instalados, conforme os indicadores do CNJ.	NÃO ATENDIDA	- Relatório elaborado
2	Adquirir ferramenta de monitoramento de impressão, tipo "papercut".	NÃO ATENDIDA	- Em função da restrição orçamentária, este tipo de ferramenta ainda não foi adquirida.
3	Remanejar equipamentos subutilizados para destinação em novos setores, TI Itinerante.	ATENDIDA	- Prática adotada desde o ano de 2014 no PJPA.

3. GESTÃO DE CONSUMO E GASTO COM ENERGIA ELÉTRICA

- **Objetivo:** Reduzir o consumo e os valores econômicos dos recursos energéticos, visando um consumo consciente.
- **Responsável:** Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços/ Secretário de Engenharia e Arquitetura.
- **Meta:** Reduzir em 5% no primeiro ano o consumo de energia, com metas regressivas a partir do segundo ano.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística.
- **Indicador:**





- Análise e comentários sobre o desempenho

A Secretaria de Engenharia do PJPA vem realizando trabalho de revisão periódica dos contratos de fornecimento de energia elétrica, visando a adequação das demandas contratadas à realidade de consumo de cada unidade, o que leva a uma economia de gasto com energia, porém, esta ação não reflete em redução de consumo.

Em que pesem os 4% de redução do consumo de energia elétrica, o PJPA não alcançou a meta de 5% de redução em função da ampliação de área e construção de novas unidades judiciárias.

Visando atingir aos resultados propostos, o PJPA, em novos projetos, vem adotando soluções com vistas à eficiência energética, como a adoção de lâmpadas de tecnologia LED, aquisição de equipamentos de ar condicionado mais econômicos segundo o selo PROCEL, além do estudo de novas tecnologias para utilização de energia elétrica renovável.

Um projeto de eficiência energética no Edifício Sede do Poder Judiciário do Pará, possibilitou a substituição de 350 lâmpadas internas fluorescentes por led, 140 lâmpadas externas e seus reatores por lâmpadas de maior eficiência. A troca fez parte de um Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o PJPA e a concessionária de energia elétrica do Estado do Pará, Celpa - Centrais Elétricas do Pará S/A.

Considerando a publicação da Portaria 144, de 13 de março de 2015, do INMETRO, e a queda no preço de mercado das lâmpadas LED, o PJPA inicia no ano de 2017 processo de alteração em seus editais de compra de lâmpadas e luminárias para reposição de peças queimadas, especificando luminárias e lâmpadas LED em substituição às antigas fluorescentes e inserindo no termo de referência a obrigatoriedade de cumprimento da logística reversa.

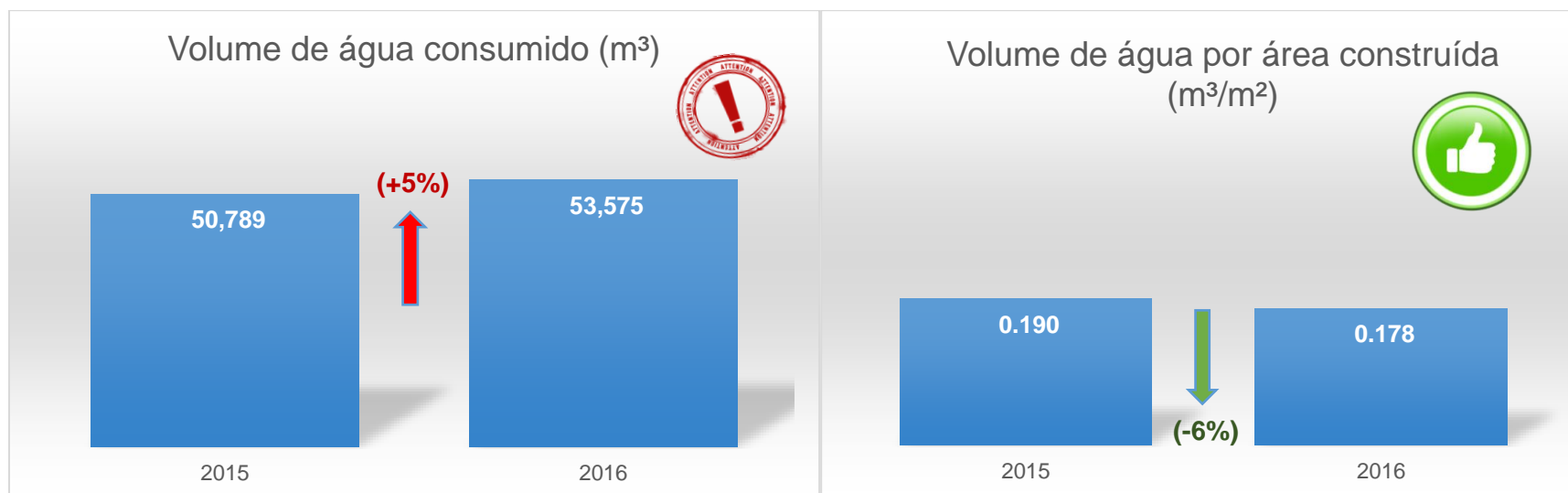
Não foram estabelecidas metas para os indicadores *adequação do contrato de demanda (fora de ponta)* e *adequação do contrato de demanda (ponta)*, em função de não haver subsídios por parte da concessionária de energia elétrica.

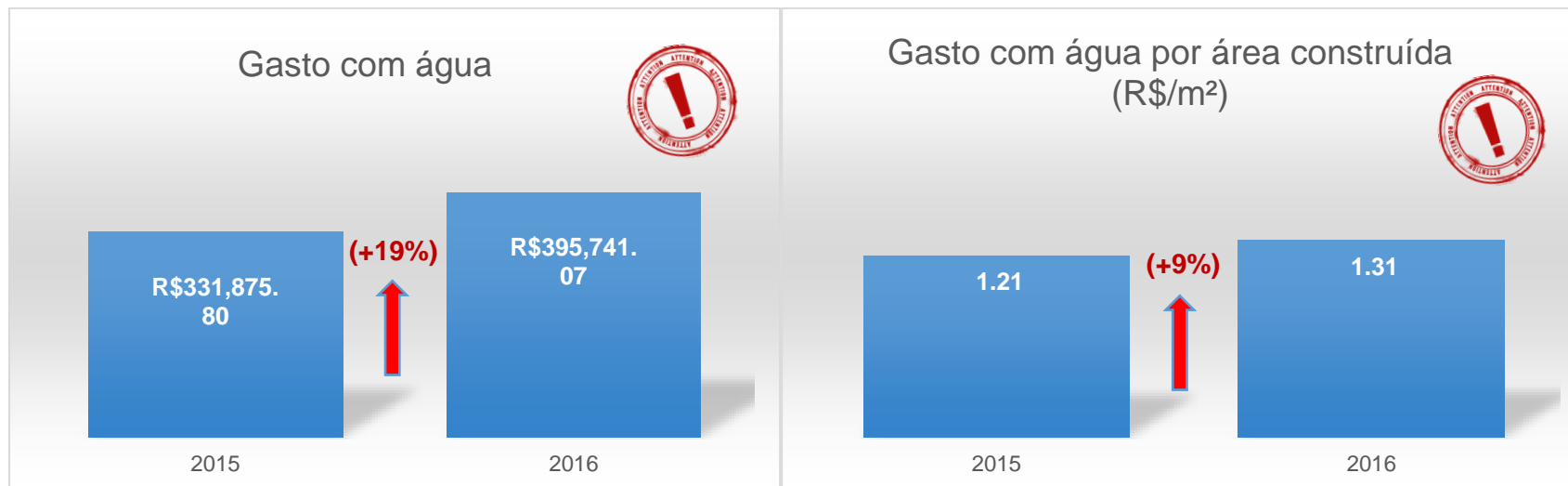
Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial de acompanhamento do consumo/gasto de energia elétrica no PJPA, por unidade consumidora, com a devida remessa do relatório mensal e com a remessa dos dados ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental.	ATENDIDA	- Relatório emitido pelo Departamento de Patrimônio e Serviços mensalmente.
2	Realizar estudo sobre a logística reversa de lâmpadas queimadas, em cumprimento à Lei nº12.305/2010.	EM ATENDIMENTO	- Está sendo realizado estudo de viabilidade para inserção, no termo de referência para aquisição de lâmpadas, quanto à necessidade de atendimento à logística reversa.
3	Criar normas internas para disciplinar o uso da energia elétrica com base na Portaria nº3830/2015-GP.	EM ATENDIMENTO	- Está em desenvolvimento por esta SEA um manual de boas práticas do uso racional de energia elétrica nas instalações do judiciário, que ensejará a criação de uma cartilha educativa a ser distribuída de forma digital aos servidores do PJPA, com prazo previsto para dezembro de 2017.

4. GESTÃO DO CONSUMO E GASTO COM ÁGUA

- **Objetivo:** Reduzir o consumo de água por meio da adoção de práticas sustentáveis.
- **Responsável:** Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços/ Secretário de Engenharia e Arquitetura.
- **Meta:** Executar 5% das ações de práticas sustentáveis programadas no ano, com vistas à melhoria do acompanhamento do consumo de água.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística
- **Indicador:**





- ANÁLISE E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Em decorrência do reajuste da tarifa de água de aproximadamente 13%, houve um aumento no gasto de consumo da ordem de 19,24% no período compreendido entre 2015 e 2016.

O crescimento do volume de água consumido pode ser justificado em virtude do incremento das unidades judiciárias que, de 2015 para 2016, sofreram uma ampliação total de área em torno de 6.400m² e, principalmente, pelo aumento do número de usuários nos edifícios. O aumento de consumo também está relacionado aos hábitos dos usuários, sendo necessária a intensificação de campanhas educacionais.

Com vistas a atingir um melhor resultado para este indicador, o PJPA passou a adotar nos novos projetos de arquitetura a utilização de sistema para captação e aproveitamento de água da chuva, além da utilização de equipamentos economizadores, que racionalizam o consumo, tal como a torneira de pressão com temporizador, providas de arejador, e a utilização de caixas acopladas de duplo acionamento.

Será iniciado estudo de viabilidade técnica para avaliar a possibilidade de aproveitamento das águas cinzas.

Foram iniciados projetos para implantação de estações de tratamento de esgoto.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial voltado ao consumo de água no PJPA, conforme indicadores do CNJ, com a remessa dos dados, mensalmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental	ATENDIDA	- Relatório emitido pelo Departamento de Patrimônio e Serviços mensalmente.
2	Criar sistemas de captação da água da chuva para utilização em irrigação, lavagem de veículos, pisos, banheiros etc.	ATENDIDA	- Diretriz já adotada para os novos projetos arquitetônicos do TJPA.

5. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

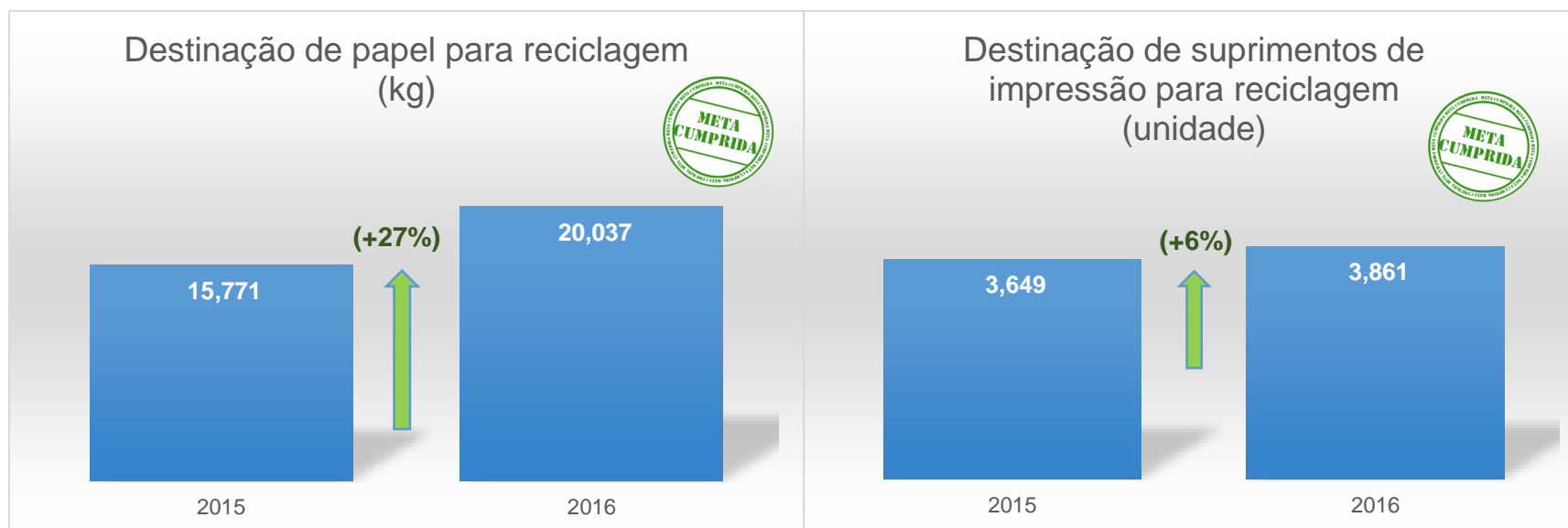
- **Objetivo:** Gerenciamento e descarte ambientalmente correto dos resíduos sólidos gerados no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com ênfase à coleta seletiva solidária, gerando cidadania, emprego e renda aos catadores de materiais recicláveis, com redução dos impactos ambientais.

- **Responsável:** Coordenador do Núcleo Socioambiental

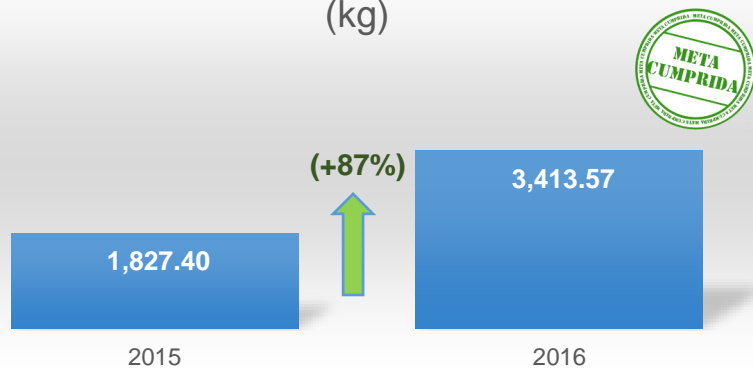
- **Meta:** Executar 10% das ações voltadas ao descarte dos resíduos sólidos programadas no ano, com vistas à coleta seletiva e à redução dos impactos ambientais.

- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística

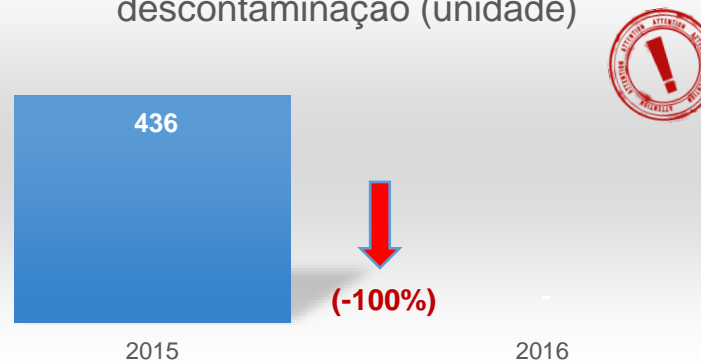
- **Indicadores:**



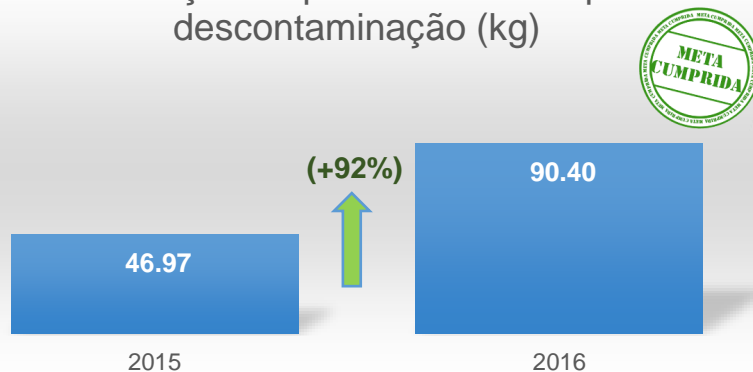
Destinação de plástico para reciclagem (kg)



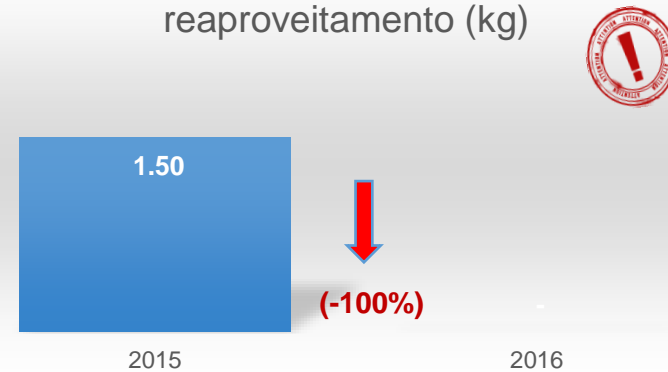
Destinação de lâmpadas para descontaminação (unidade)



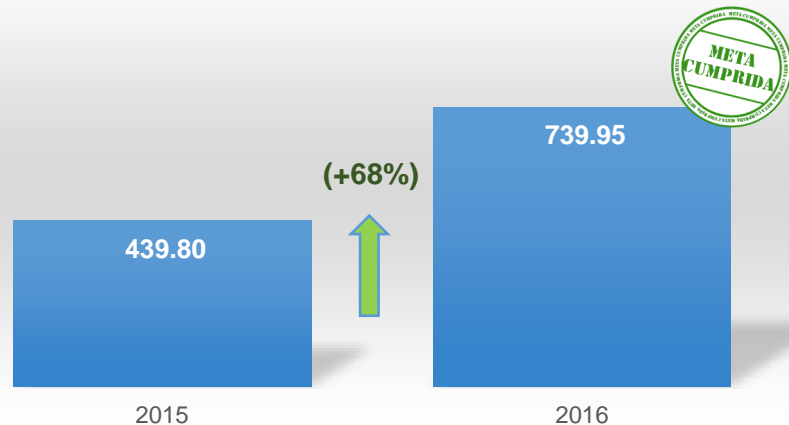
Destinação de pilhas e baterias para descontaminação (kg)



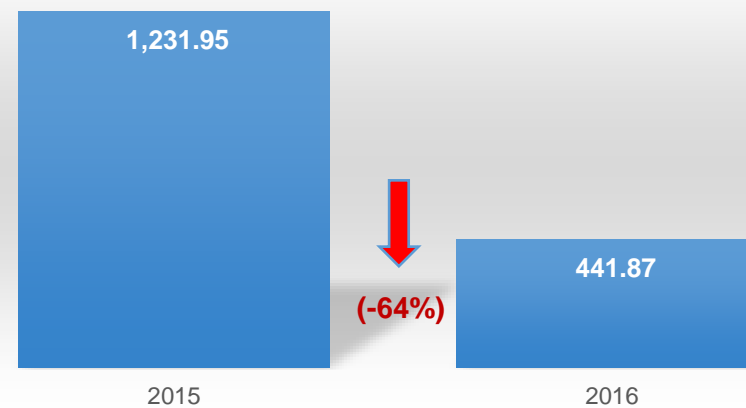
Destinação de madeira para reaproveitamento (kg)



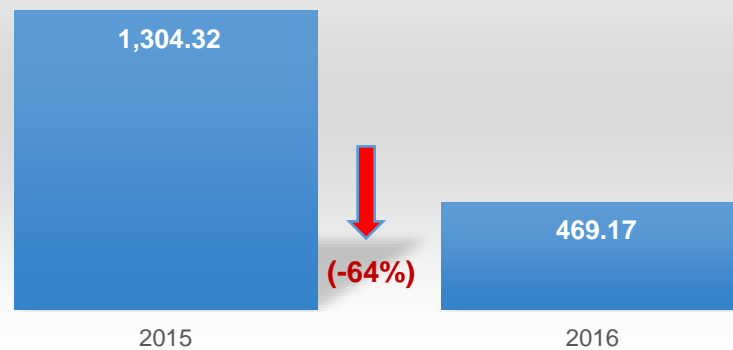
Destinação de vidros para reciclagem (kg)



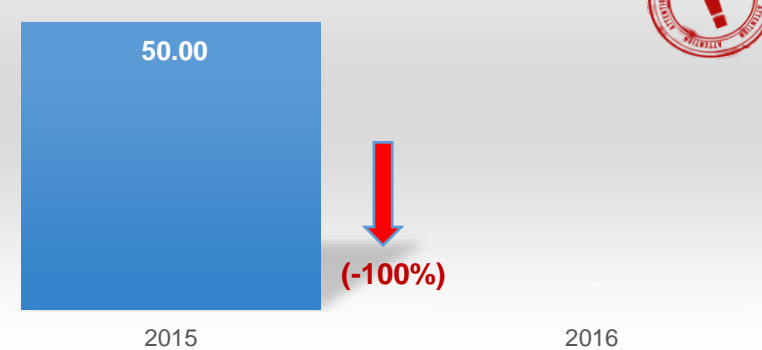
Destinação de metais para reciclagem (kg)

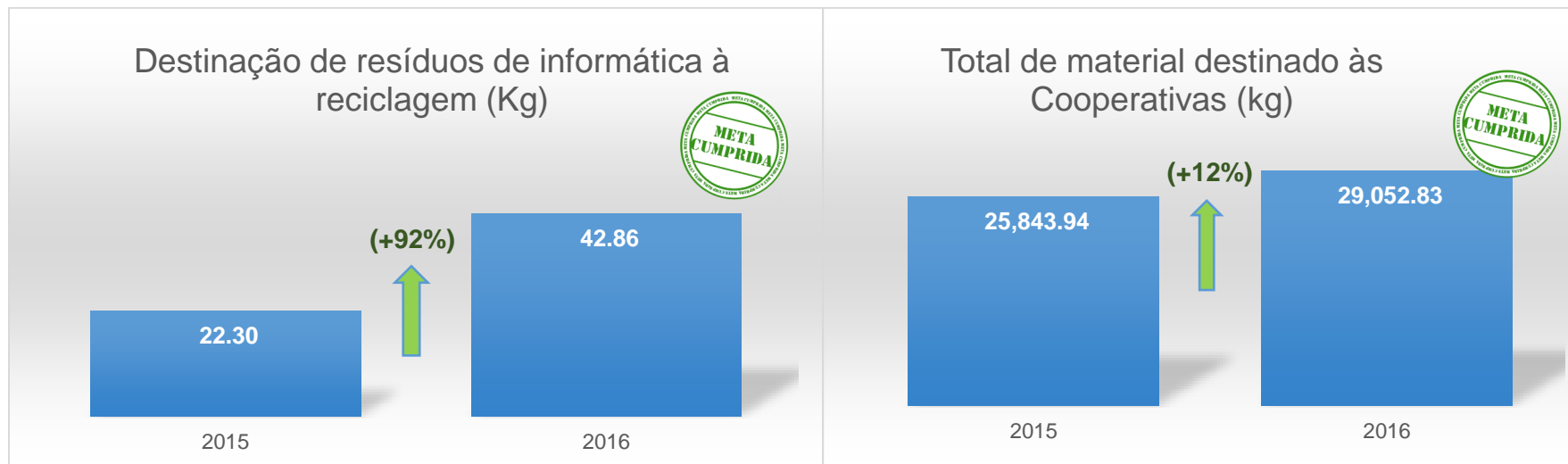


Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (kg)



Destinação de resíduos de obras à reciclagem (m³)





- Análise e comentários sobre o desempenho:

Desde 2009, foi implementada a Agenda Socioambiental do Poder Judiciário do Pará - PJPA, desenvolvendo campanhas educativas sobre consumo consciente e incentivando a coleta seletiva solidária, que foram incrementadas no ano de 2016 através de parceria com o Poder Público Municipal, por meio de um Termo de Cooperação Técnica para a coleta seletiva de recicláveis envolvendo 8 cooperativas/associações da Região Metropolitana de Belém.

No ano de 2015, em atendimento à Resolução nº201, do CNJ, foram adquiridas balanças mecânicas de plataforma e procedidas, em 2016, as adaptações físicas necessárias nos dois maiores prédios da capital, para permitir uma infraestrutura mínima de informações sobre gestão de resíduos no Sistema PLS-JUD, do Conselho Nacional de Justiça.

No mesmo ano foi desenvolvido o “Descarte Consciente”, projeto que atua na gestão e gerenciamento de resíduos gerados durante as atividades do Órgão e no estímulo ao descarte adequado de resíduos domésticos, fortalecendo a coleta seletiva de resíduos, perigosos ou não, a fim de garantir a integral proteção do meio ambiente, nos termos do que preceitua a Constituição Federal de 1988.

O Descarte Consciente está alinhado ao projeto de sustentabilidade do Poder Judiciário, o Reciclar Direito, sendo desenvolvido com base nos princípios globais de responsabilidade social e da legislação em vigor, em parceria com instituições e com a inclusão e fortalecimento da categoria profissional de catadores de materiais recicláveis.

Os itens de gerenciamento são: papel, plástico, vidro, metal, medicamentos vencidos, pilhas/baterias, eletrônicos, óleo vegetal usado, pneus usados, esponjas de uso doméstico, maquiagens, meias usadas, artigos de higiene bucal, instrumento de escrita e higiene para o corpo e cabelo. Somente em 2016 foram recolhidas 29 toneladas de materiais recicláveis, beneficiando diretamente 203 famílias de catadores.

A coleta é realizada diariamente nos PEV's, pontos de entrega voluntária, 100% reciclados, feitos a partir de embalagens secundárias de material de expediente, dispostos nas entradas dos prédios da capital e região metropolitana, bem como, nas unidades de trabalho que realizam a seleção dos resíduos, sempre às quintas-feiras, sendo recolhidos pela força de trabalho auxiliar, pesados e acondicionados de forma seletiva em estações de acondicionamento de resíduos até posterior destinação aos catadores.

Os papéis impressos apenas em um lado são separados para transformarem-se em blocos com a marca REUTILIZA. O material é utilizado pelo Serviço de Treinamento de Servidores e Escola Superior da Magistratura em cursos de ambientação e capacitação do corpo funcional, tendo sido extinta a aquisição deste item nas licitações do Órgão.

Através do Projeto Descarte Consciente são coletados envelopes de resma de papel A4 para diversas utilidades, dentre elas, a transformação em sacolas que são encaminhadas à Sesp (Secretaria de Estado de Saúde Pública) para substituição de sacos plásticos com os kits de higienização dos pacientes ostomizados, como também, pastas A-Z usadas, doadas a instituições, como a Associação Colorindo a Vida, especializada no atendimento a crianças e adolescentes com câncer.

Em 2016 iniciou-se a coleta de óleo vegetal usado, sendo celebrado um termo de permuta com uma Instituição de Ensino Superior como incentivo ao Projeto de Extensão Sabão Ecológico, para o desenvolvimento acadêmico e para a proteção do meio ambiente, evitando a contaminação dos rios. Do óleo é produzido o sabão que é doado aos participantes.

Uma das metas para 2017 será a redução do gasto com papel, uma vez que o consumo aumentou em 2016 de forma impactante, merecendo maior conscientização do corpo funcional para evitar desperdícios, o que será propiciado através de campanhas de consumo consciente.

Como meta para este ano, o aperfeiçoamento do Projeto Descarte Consciente faz-se imprescindível, a fim de expandir a coleta seletiva para os demais prédios da instituição e para o interior do Estado, otimizando o uso de recursos e combatendo o desperdício.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

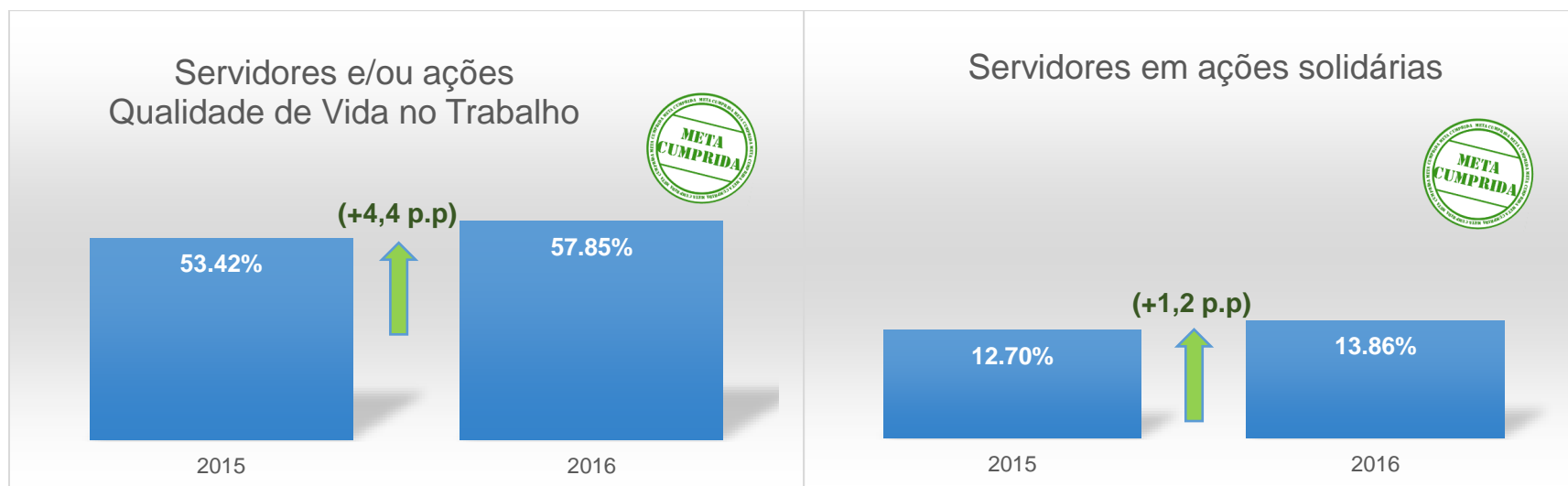
AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Elaborar modelo de relatório gerencial de descarte de resíduos sólidos no PJPA, enviando, mensalmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística.	ATENDIDA	<ul style="list-style-type: none"> - O relatório gerencial, por questões de custos, foi elaborado em planilha EXCEL, gerando informação de pesagem por tipo e por prédio/unidade, cujas informações dependem de relatório manual de pesagem de resíduos, efetuada por funcionário da Empresa Terceirizada. - Foram realizadas reuniões junto à Coordenação de Aplicações do Tribunal para a implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento, monitoramento e cruzamento dos dados de coleta seletiva, material de expediente e a produtividade de magistrados.
2	Expandir a coleta seletiva em todas as unidades do Poder Judiciário Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - A implantação ocorreu somente em 13 dos 33 prédios da capital, por falta de recursos humanos, materiais e tecnológicos no Núcleo Socioambiental. - Até setembro/16, o Núcleo era composto pela coordenadora e uma estagiária, em que pese a Portaria nº2451-GP prever 4 estagiários. - Em outubro/2016, foi lotada uma analista, na área jurídica.
3	Instalar Estações de Tratamento de Resíduos (ETR)'s com espaços separados por cada tipo de material, estrutura para pesagem e armazenamento até a entrega às cooperativas. Abrangência: Capital	ATENDIDA	<ul style="list-style-type: none"> - ETR's implementadas nos dois maiores prédios da capital, com balanças para pesagem, treinamento dos servidores e terceirizados que recebem os recicláveis e os acondicionam em baias divididas por tipos de materiais. - Como forma de contribuição para um melhor desempenho nesta ação, a Secretaria de Engenharia passou a adotar nos projetos de arquitetura, diretriz visando a construção de estações de coleta seletiva de resíduo em suas novas unidades ou em unidades reformadas e ampliadas.
4	Articular o compartilhamento da gestão dos resíduos da construção civil com as empresas contratadas, com a devida informação em KG, mensalmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental.	EM ATENDIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - A Secretaria de Engenharia passou a inserir em seus editais de obra, exigências voltadas ao atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos na construção de novas unidades, cuja dificuldade de atendimento está principalmente

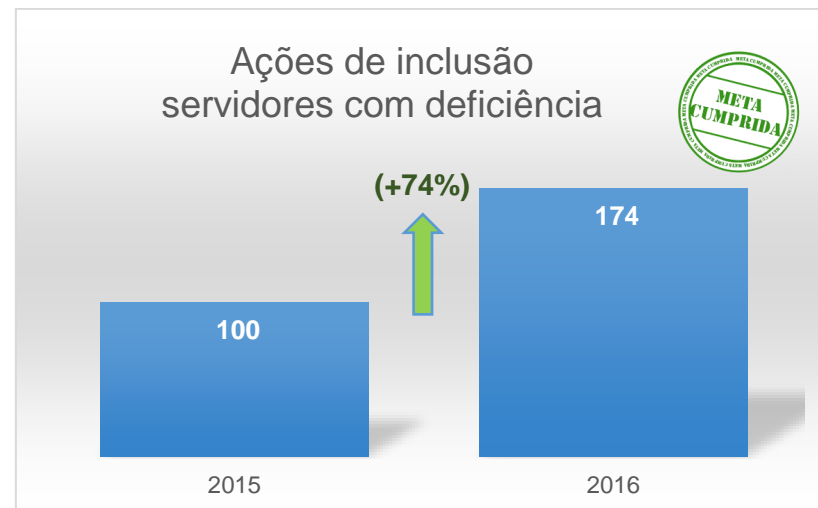
	Abrangência: Capital		<p>na carência de empresas recicladoras e aterros sanitários apropriados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reavaliar a ação com vistas a exigir das empresas contratadas para realização de obras para que desenvolvam o plano de gerenciamento de resíduos do canteiro de obras, conforme determinação das normas ambientais vigentes.
5	Capacitar o corpo funcional e força auxiliar sobre a coleta seletiva. Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Foram realizadas 17 ações de capacitação e sensibilização sobre a coleta seletiva solidária, incluindo a expansão do Projeto Descarte Consciente.
6	Definir estratégias para o descarte ou doação dos objetos de crime. Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Encontra-se em fase de elaboração um manual de descarte dos objetos do crime, em conformidade com o Manual dos Bens Apreendidos do CNJ.
7	Aperfeiçoar a gestão dos resíduos perigosos gerados no PJPA. Abrangência: Capital	ATENDIDA	<ul style="list-style-type: none"> - Os resíduos de saúde são subdivididos em ambulatoriais e remédios vencidos, provenientes do Projeto Descarte Consciente. - Estão em fase de finalização os novos pontos de entrega voluntária. Reciclados e hermeticamente vedados, fornecerão maior segurança à coleta. - Os remédios vencidos são triados no Núcleo Socioambiental, onde é preenchida a planilha de controle de medicamentos, com identificação nominal, tipo, lote e validade. A planilha é requisito para a coleta e transporte dos resíduos pela licitante vencedora responsável pelo tratamento térmico do material. - A coleta de medicamentos vencidos promoveu a eficiência do gasto público, uma vez que fez uso do contrato preexistente para serviços de saúde que era subutilizado. - Os eletrônicos, como: cabos, mídias, celulares e periféricos são coletados e enviados para reutilização em projetos de inclusão digital com menores em situação de vulnerabilidade social e para cooperativas de reciclagem habilitadas no Programa Descarte Legal de Eletrônicos, programa

			<p>socioambiental de coleta seletiva e reciclagem de resíduos eletrônicos. O programa encaminha resíduos eletrônicos para cooperativas de catadores capacitadas para esse trabalho pelo Laboratório de Sustentabilidade – LASSU, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, é gerenciado pela OSCIP Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente.</p> <ul style="list-style-type: none">- As pilhas e baterias são recolhidas e encaminhadas à ABINEE, Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, por meio do programa “Abinee recebe pilhas”, sem ônus para o Órgão.- O descarte de baterias de nobreak é realizado pelos fabricantes por meio da logística reversa.
--	--	--	---

6. GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

- **Objetivo:** Melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, proporcionar bem-estar físico e emocional e aumentar a capacidade produtiva.
- **Responsável:** Secretário da Secretaria de Gestão de Pessoas/Chefe de Divisão de Saúde e Qualidade de Vida.
- **Meta:** Executar 5% das ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística
- **Indicadores:**





DADOS ANUAIS DE QUALIDADE DE VIDA	2014	2015	2016
Nº de servidores que participam de ações de qualidade de vida	2.495	3.374	3.845
Nº de ações de qualidade de vida	-	-	605
Nº de servidores que participam de ações solidárias	480	802	921
Nº de ações solidárias	-	-	6
Nº de ações de inclusão	-	100	174

*Fonte: Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida

- Análise e comentários sobre o desempenho:

Conforme resolução do CNJ nº 207/15, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, os Tribunais devem adequar a infraestrutura e garantir orçamento adequado à implementação das ações de prevenção e proteção da saúde, com vistas à qualidade de vida no trabalho. Assim sendo, foram realizadas as seguintes ações solidárias:

- **Projeto Rede Solidária:** contou com a participação do corpo funcional e força auxiliar de trabalho para a realização de ações envolvendo cultura, educação e lazer aos menores da Escola Santana do Aurá, localizada às proximidades do lixão do Aurá. As ações também foram estendidas ao Abrigo São Vicente de Paula, com atividade de entretenimento e melhoria da infraestrutura do banheiro do abrigo. Ao longo do ano, ações solidárias e assistenciais foram trabalhadas para fins de atendimento a comunidades menos favorecidas, a exemplo da doação de enxovais, no mês de maio, às mães carentes da Santa Casa de Misericórdia.

- **Projeto Força Solidária:** ao longo do ano de 2016, foram concentrados esforços em benefício do Abrigo João de Deus, por meio de ações solidárias que contemplaram a doação de tempo, objetos de uso pessoal, alimentos e recreação no período junino e natalino.

A Coordenadoria de Saúde realizou ações de inclusão referentes à melhoria da saúde de servidores com deficiência física, como o atendimento especializado de saúde, a exemplo do monitoramento diário de sonda uretral e a aquisição de lentes específicas para portadores de necessidades visuais.

No tocante às avaliações periódicas dos ambientes e condições de trabalho, a equipe de Saúde Ocupacional do PJPA realizou atividades vinculadas aos Projetos Educação Postural (261 participantes); Ginástica Laboral (295 participantes) e Avaliação dos Postos de Trabalho (250 participantes). Neste último item, o projeto promoveu a racionalização da distribuição de bens de consumo, como o supedâneo, cadeiras especiais que antes eram distribuídas por requisição simples e agora dependem de justificativa/comprovação de necessidade. A equipe aplicou avaliação de reação referente aos Projetos Educação Postural e Ginástica Laboral, a fim de obter resultado quantitativo/qualitativo dos benefícios alcançados, bem como da aceitação dos projetos, no intuito de adequá-los às necessidades do corpo funcional, visando à melhoria do serviço realizado.

A pesquisa envolveu um universo de 115 participantes, dentre eles 54 do Projeto Ginástica Laboral e 61 de Educação Postural que responderam: 88,7% apontaram melhorias no desempenho profissional; 88,7% responderam que os projetos significaram relaxamento; 65,2% prevenção; 99,3% avaliaram que os projetos trouxeram benefícios; 100% dos participantes disseram que recomendariam os serviços para outros setores do Órgão. A respeito dos profissionais quanto à pontualidade, criatividade e comunicação, foram obtidos os seguintes percentuais, respectivamente: 100%; 98,3% e 99,1%.

A Secretaria de Engenharia e Arquitetura contribuiu com o desempenho desta ação na adoção em seus projetos arquitetônicos de diretrizes voltadas para a concepção de ambientes de trabalho adequados às atividades judiciárias, apresentando melhores condições higrotérmicas¹ do ambiente construído e de iluminação destinadas às atividades laborais, bem como, tem realizado a revisão e aperfeiçoamento dos contratos de manutenção predial.

As ações de Prevenção à Saúde realizadas a partir de março de 2016, superaram a meta referente à execução de 5% das ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, sendo realizadas mais de 605 ações, incluindo as previstas nos Projetos Saúde Itinerante, Sarau de Talentos, Trocas Solidárias, Cine TJ, campanhas educativas em datas comemorativas, Rodas de Conversas sobre Saúde Mental e Histórias de Vidas para aposentados.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

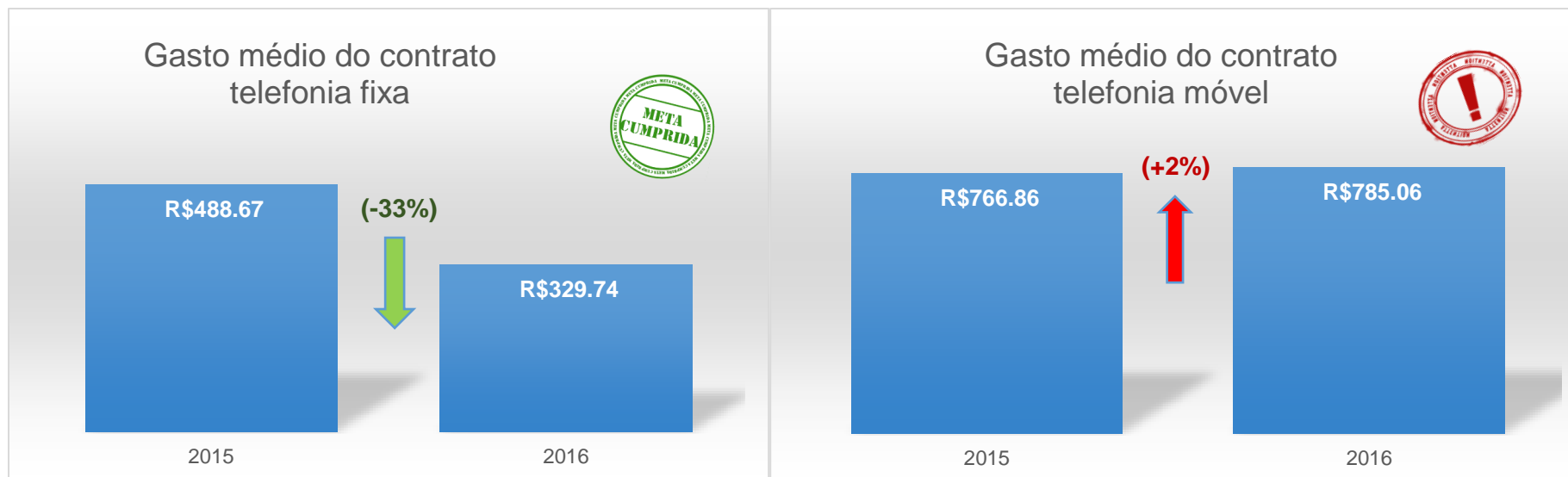
AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial de controle das ações voltadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho, conforme indicadores do CNJ, enviando, anualmente, à Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental.	ATENDIDA	- Relatório elaborado e enviado anualmente à Coordenação de Planejamento, Gestão e Estatística.
2	Avaliar, periodicamente, os ambientes e condições de trabalho, como o sistema de ar condicionado e iluminação das salas. Abrangência: Capital	ATENDIDA	- A equipe de Saúde Ocupacional do PJPA realizou avaliações periódicas dos ambientes e condições de trabalho, a equipe de Saúde Ocupacional do TJPA, realizou atividades vinculadas aos Projetos Educação Postural, Ginástica Laboral e Avaliação dos postos de trabalho - A Secretaria de Engenharia e Arquitetura informou que a ação está sendo atendida, porém em processo de melhoria contínua, visando atingir a capacidade de atuação preventiva e corretiva nos casos onde as instalações forem insuficientes.
3	Desenvolver ações de prevenção em saúde. Abrangência: Em todo o PJPA	ATENDIDA	- São realizadas ações como: “janeiro branco”, “setembro amarelo”, “outubro rosa”, “novembro azul”.

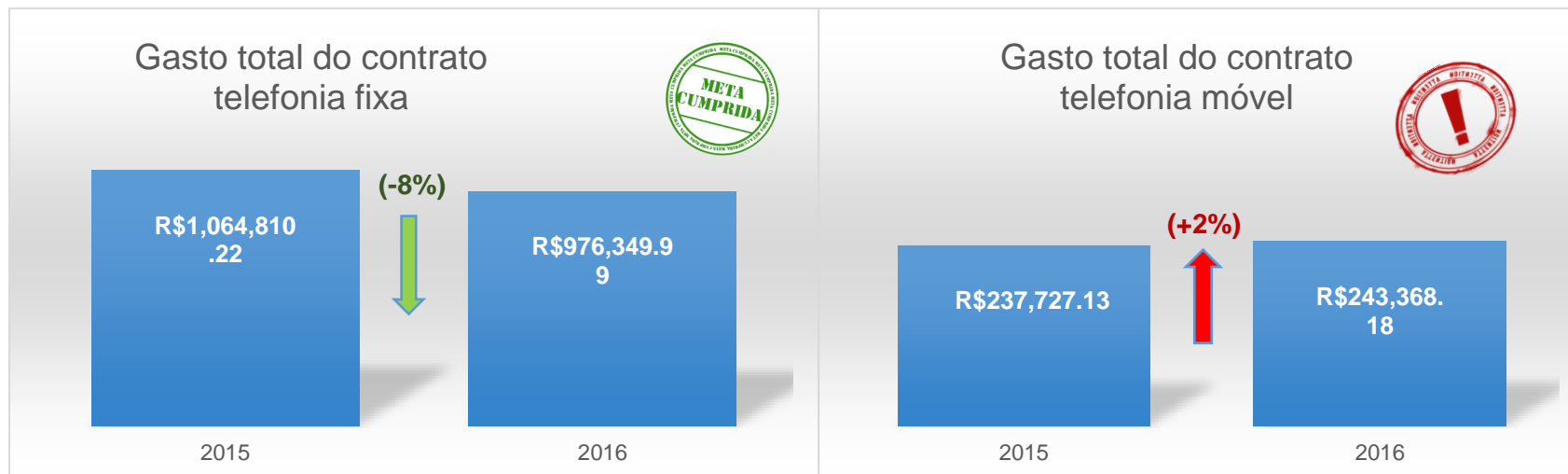
¹ Engenharia Civil. Relaciona-se a conforto, a sensação de bem-estar relativamente à umidade e temperatura ambiente.
(Fonte: wikipedia)

4	Implantar programa de preparação para aposentadoria. Abrangência: Capital	NÃO ATENDIDA	- Por razões administrativas e temporais o projeto ainda não foi implementado, em que pese já ter sido aprovado. Para 2017, o recurso necessário está parcialmente garantido.
5	Estimular a prática de atividades físicas, através do estabelecimento de parcerias com academias para redução da mensalidade. Abrangência: Capital	ATENDIDA	- Foi contemplado por meio da parceria com a Secretaria de Estado de Administração para redução de mensalidades em academias. - Foram realizados encontros de atividades físicas denominadas de "aulão", ginástica laboral e a 1ª Corrida da Justiça.
6	Incentivar práticas sustentáveis e colaborativas, reconhecendo e premiando unidades de melhor desempenho. Abrangência: Capital	NÃO ATENDIDA	- Não foi atendida por falta de recursos.
7	Desenvolver políticas de inclusão para portadores de necessidades especiais quanto à acessibilidade e equipamentos especiais. Abrangência: Em todo o PJPA	ATENDIDA	- Todos os novos projetos de arquitetura do TJPA e novas construções já atendem as necessidades relativas à acessibilidade, tanto aos usuários com mobilidade reduzida, quanto aos portadores de outras necessidades especiais. - Unidades mais antigas estão sendo paulatinamente adaptadas para atender a acessibilidade.
8	Ampliação do Projeto Ergonômico e Saúde Ocupacional.	EM ATENDIMENTO	- Estudo em análise.
9	Criação do bicicletário com vestiários no Prédio Sede e Fórum Cível. Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	- Esta ação demanda estudo acerca da melhor localização para implantação do referido equipamento urbano, com vistas a garantir o abrigo contra intempéries e fácil acessibilidade à edificação. Cabe avaliar a criação de vestiários com banheiro para atendimento da demanda de higienização dos usuários desse meio de transporte, representando um incentivo a esse tipo de condução para o local de trabalho. Prazo previsto para resultado da avaliação: julho/2017.

7. GESTÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA

- **Objetivo:** Reduzir o impacto econômico referente ao gasto com telefonia fixa e móvel.
- **Responsável:** Secretário de Informática.
- **Meta:** Alcançar 5% dos limites de consumo com telefonia estabelecidos na Portaria nº 3830/2015-GP ao ano.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística.
- **Indicadores:**



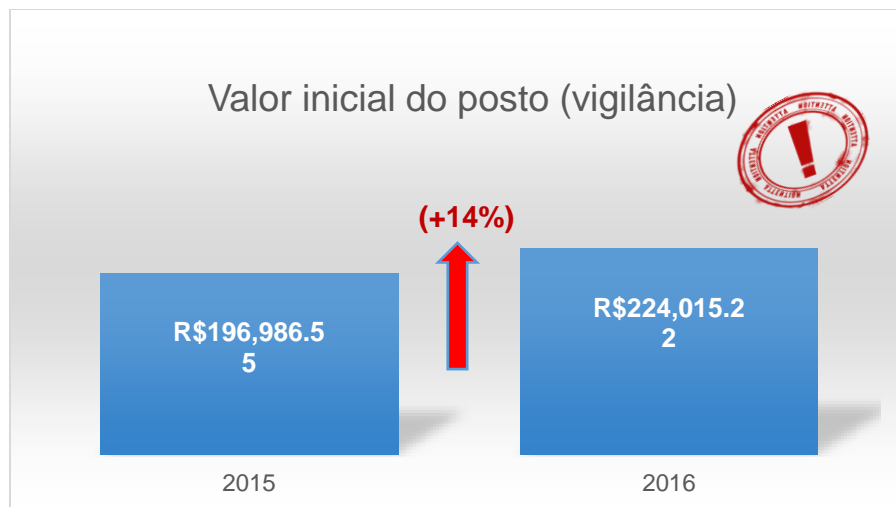


Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial voltado ao consumo com telefonia do PJPA, enviando, mensalmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental.	ATENDIDA	- Relatório elaborado.
2	Criar norma interna que disciplina o uso da telefonia Abrangência: em todo o PJPA	EM ATENDIMENTO	- A Portaria nº3830/15 –GP foi revogada.
3	Estimular o uso do correio eletrônico e da ferramenta Skype Business em substituição às ligações, visando a economia. Abrangência: em todo o PJPA	EM ATENDIMENTO	- Compete à Coordenadoria de Imprensa a divulgação das ferramentas.

8. GESTÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

- **Objetivo:** Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços com eficiência do gasto público.
- **Responsável:** Coordenador da Coordenadoria Militar.
- **Meta:** Revisar e adequar até 2% dos processos de contratações de serviços de vigilância.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística.
- **Indicadores:**



- **Análise e comentários sobre o desempenho:**

Os contratos para os serviços de vigilância compreendem 52 postos em todo o Estado, que envolvem 180 prestadores de serviço ao valor total de R\$ 11.648.791,37 no ano de 2016, distribuídos em 37 postos de 24 horas e 16 postos de 12 horas. Cercas elétricas e alarmes também são utilizados na manutenção da segurança dos Fóruns.

A repactuação contemplou os reajustes devidos, totalizando o montante de R\$209.765,11 no ano de 2016.

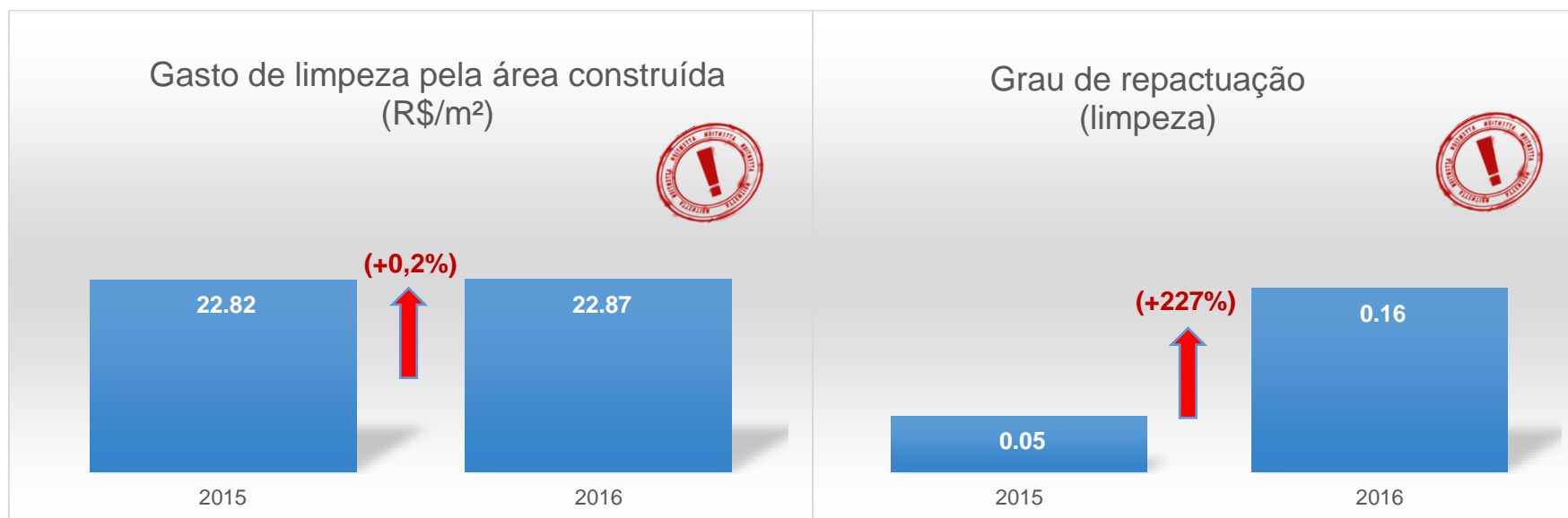
A meta não foi atingida em função da expansão das unidades judiciárias no interior do Estado e na ausência da cessão de policiais militares para executar o serviço de segurança.

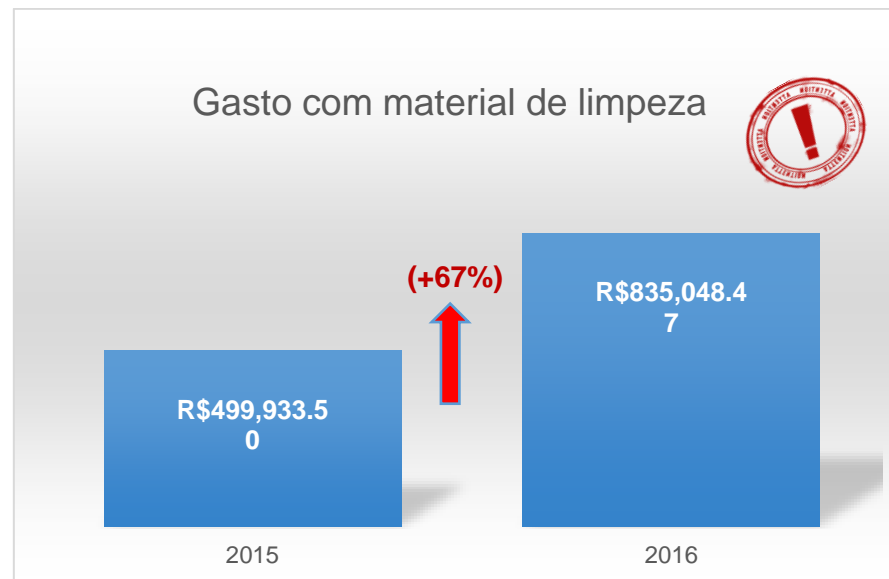
Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Reavaliar os mecanismos de segurança implantados nos prédios do PJPA Abrangência: em todo o PJPA	EM ATENDIMENTO	- Existe demanda de segurança armada para os prédios do interior que esbarram na condição orçamentária. Alternativas estão sendo estudadas para não haver incremento da despesa, a exemplo de termos de cooperação ou convênios com a polícia militar e bombeiros.
2	Analisar a necessidade de instalação de câmeras de segurança e alarmes Abrangência: em todo o PJPA	EM ATENDIMENTO	- Monitoramento por câmeras só existem nos prédios da Capital. Estudo de impacto orçamentário está sendo realizado para a instalação em comarcas do interior. - Está em análise a possibilidade de que a manutenção dos equipamentos seja realizada pela Coordenaria Militar como alternativa de redução de custo.

9. GESTÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

- **Objetivo:** Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços pautados em critérios de sustentabilidade e eficiência.
- **Responsável:** Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços.
- **Meta:** Executar 10% das ações programadas voltadas aos serviços de limpeza, pautadas em critérios de sustentabilidade e eficiência.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística.
- **Indicadores:**





- Análise e comentários sobre o desempenho:

Desde 2009, os contratos para serviço de limpeza já possuem cláusula de observância de critérios de sustentabilidade, especialmente no que concerne ao uso de produtos biodegradáveis e a coleta seletiva nas unidades geradoras, com a destinação do material reciclável a associações e cooperativas.

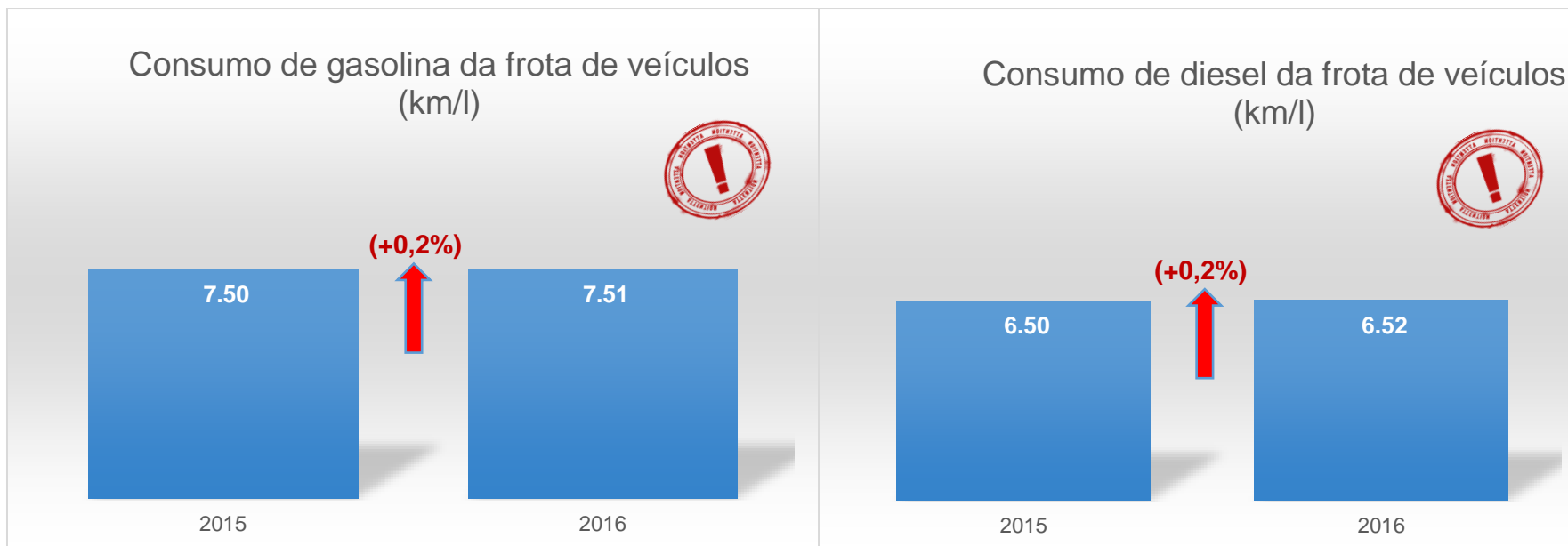
Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial voltado aos serviços de limpeza no PJPA, conforme indicadores do CNJ, com a remessa de dados para ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística /Núcleo Socioambiental. Abrangência: Capital	ATENDIDA	- Relatório elaborado.
2	Avaliar a possibilidade de fornecimento pela empresa terceirizada de sacos plásticos em, pelo menos, duas	EM	- Está sendo avaliado junto à nova prestadora de serviço

	cores diferenciadas, sendo um para orgânico e outro para recicláveis. Abrangência: Capital	ATENDIMENTO	de limpeza.
--	---	-------------	-------------

10. GESTÃO DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

- **Objetivo:** Reduzir a emissão de substâncias poluentes e o impacto econômico.
- **Responsável:** Chefe de Divisão de Transportes.
- **Meta:** Reduzir em 10% o consumo de combustível.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística
- **Indicadores:**



- **Análise e comentários sobre o desempenho:**

A Divisão de Transportes, durante o ano de 2016, realizou um acompanhamento mais intensivo nas demandas das comarcas do Estado, medida que possibilitou a aferição do montante que utilizou mais combustível em relação ao número de diligências realizadas. Através desse estudo comparado, foi possível readequar as cotas de combustível dos veículos, medida que, apesar de majorar o custo mensal, representou maior celeridade e eficiência às comarcas que obtiveram mais autonomia na gestão de uso dos veículos oficiais destinados.

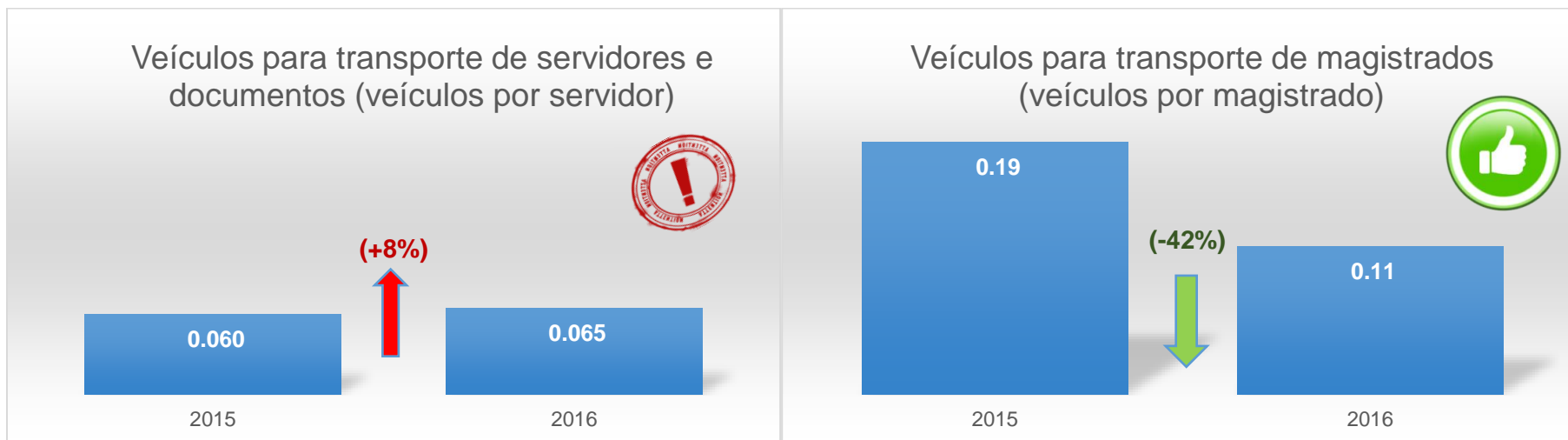
Em conformidade com o Planejamento Estratégico do PJPA, foram adquiridos 48 veículos, entre motocicletas e veículos de passeio, a serem designados aos 1º e 2º graus de jurisdição e como apoio ao setor administrativo, ampliando o alcance dos serviços jurídicos em benefício aos jurisdicionados.

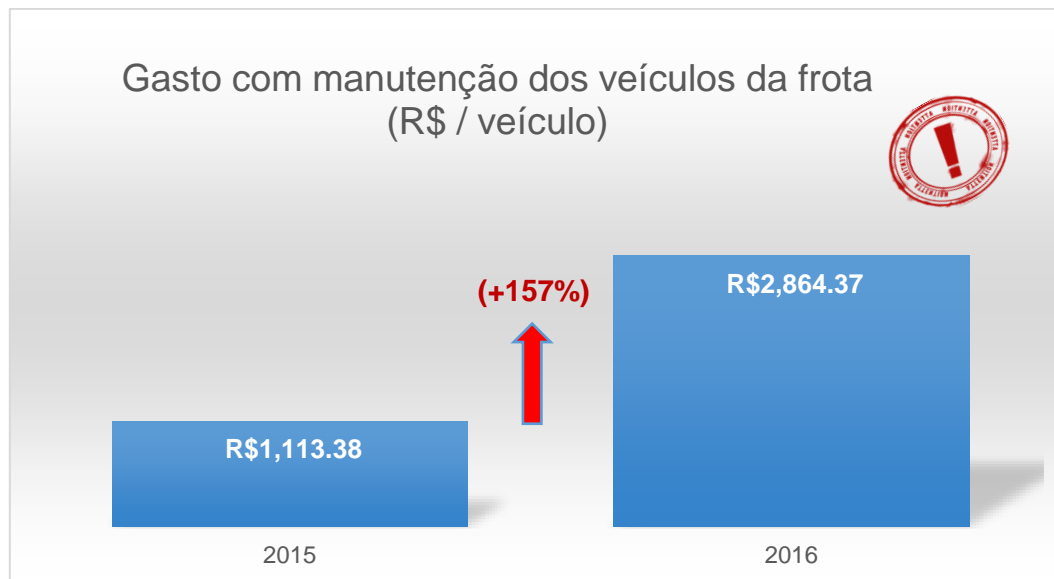
Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial voltado ao consumo de combustível no PJPA, conforme indicadores do CNJ, enviando-o, mensalmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental. Abrangência: em todo o PJPA	ATENDIDA	- Relatório elaborado.
2	Criar cotas de valores específicas para cada tipo de veículo, de acordo com a demanda de serviço ao qual ele serve. Abrangência: em todo o PJPA	ATENDIDA	- Cotas criadas com base no tamanho do município e a quantidade de demanda.
3	Criar rotas específicas para os deslocamentos mais comuns com auxílio do sistema GPS. Unidade Envolvida: Capital	ATENDIDA	- As rotas foram criadas, porém, sem o auxílio do GPS por falta de programação do demandante.

11. GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE VEÍCULOS

- **Objetivo:** Reduzir a emissão de substâncias poluentes, os custos com manutenção, aquisição e deslocamentos.
- **Responsável:** Chefe de Serviço de Transporte.
- **Meta:** Executar 10% das ações programadas.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística.
- **Indicadores:**





- Análise e comentários sobre o desempenho:

Foi implementado o Projeto “Transporte Itinerante”, com o objetivo de proporcionar aos servidores lotados nos prédios da Capital uma alternativa de transporte entre os prédios, mais rápida, constante e eficiente, sendo disponibilizado, nos dias de atividade forense, um veículo, modelo Van, contendo 10 lugares, que cumpre percursos pré-determinados, selecionados de acordo com o quantitativo de solicitações dos servidores, bem como a localização estratégica quanto à possibilidade de atender outras unidades administrativas e judiciárias desta instituição, localizadas às proximidades dos edifícios centrais.

Diante de tal medida, cada servidor que desejar utilizar o serviço poderá programar reuniões e demais diligências com a segurança de contar com o transporte no horário previsto, além de reduzir o número de veículos destinados a atender demandas com destinos frequentes e similares.

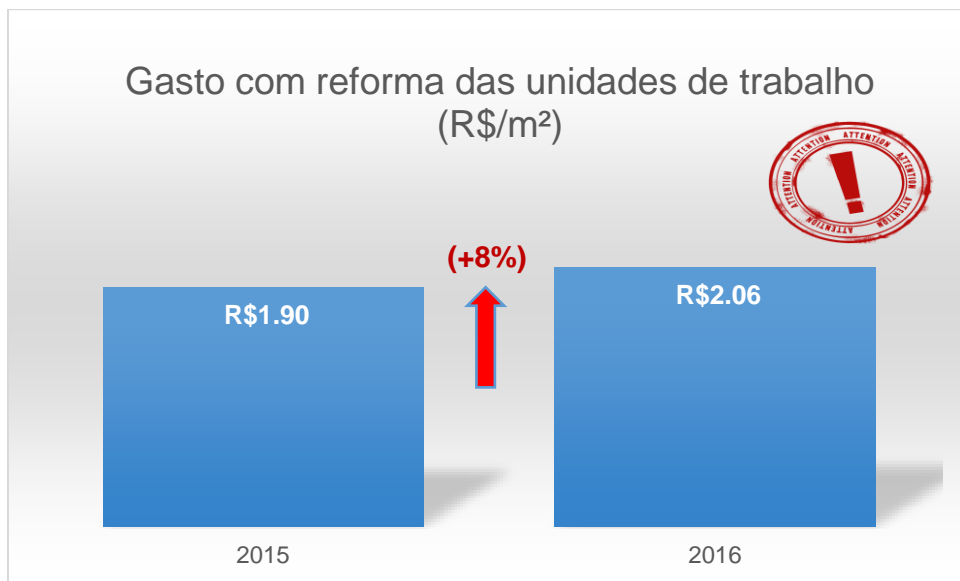
O projeto ainda não alcançou a divulgação necessária entre o corpo funcional, achando-se em execução apenas na Comarca de Belém, capital do Estado do Pará.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial voltado ao controle de frota e gasto com manutenção de veículos, enviando-o, anualmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística /Núcleo Socioambiental. Abrangência: em todo o PJPA	ATENDIDA	- Relatório elaborado.
2	Implantar sistema informatizado de controle de agendamento e deslocamento de veículos. Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	- Foi iniciado um projeto que ainda está em análise.
3	Padronizar a frota de acordo com as especificidades de cada região, considerando as condições geográficas dos terrenos e das bacias hidrográficas. Abrangência: Comarcas do interior	EM ATENDIMENTO	- Em fase de inicialização do projeto.

12. GESTÃO DO LAYOUT

- **Objetivo:** Definir e planejar estratégias para a adoção de critérios de sustentabilidade nas ações e atividades concernentes aos serviços de projetos e obras.
- **Responsável:** Secretário de Engenharia e Arquitetura.
- **Meta:** Executar 10% das ações programadas voltadas à adoção de critérios de sustentabilidade e para aquisição de mobiliário.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística
- **Indicadores:**



- **Análise e comentários sobre o desempenho:**

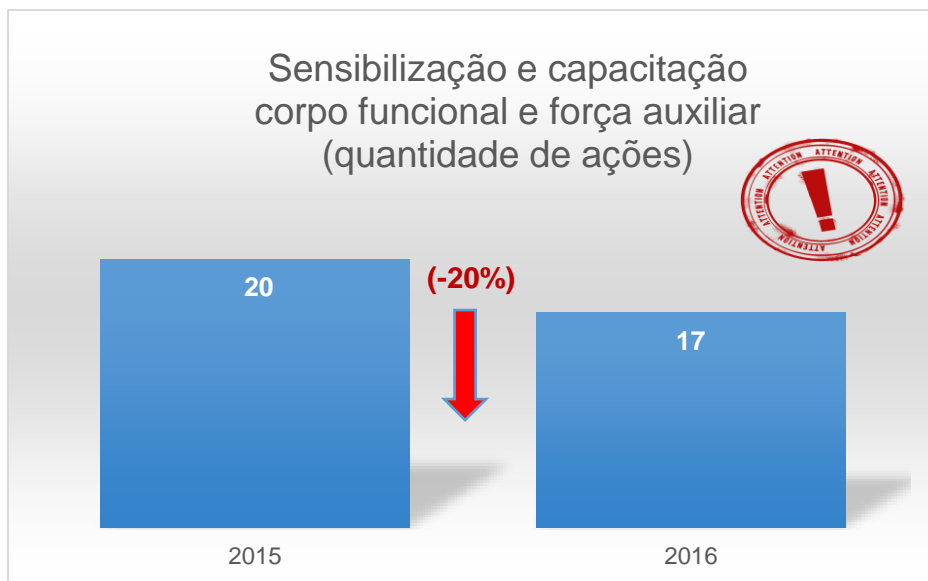
A Secretaria de Engenharia e Arquitetura já vem implementando quesitos em seus projetos voltados à sustentabilidade.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial voltado ao controle de projetos e obra, enviando-o anualmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental.	ATENDIDA	- O relatório de gestão e controle de obras é subsidiado pelas informações constantes nos relatórios de obra, em conjunto com o banco de dados, de todas as intervenções físicas realizadas pela SEA.
2	Elaborar estudos sobre padronização de layout padrão para gabinetes e unidades, incluindo cores e mobiliário.	ATENDIDA	- Foram elaborados manuais de diretrizes de projetos e de padronização de materiais. - Está prevista a revisão periódica dos manuais com vistas às possíveis e necessárias adequações que surgirem na busca de uma identidade corporativa consolidada.

13. GESTÃO DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

- **Objetivo:** Capacitação sobre sustentabilidade e consumo consciente, em busca da eficiência administrativa.
- **Responsável:** Coordenador da Coordenadoria de Treinamento e Formação de Servidores.
- **Meta:** Realizar 5% das capacitações em sustentabilidade e consumo consciente.
- **Fonte de informações:** Coordenadoria de Estatística
- **Indicador:**



- **Análise e comentários sobre o desempenho:**

A Resolução nº 192/14, do CNJ, instituiu a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, a qual prevê que os Tribunais deverão atender aos princípios: formação e aperfeiçoamento como processos de educação permanente fundamentados em valores éticos, na prática da cidadania e na melhoria da prestação jurisdicional para atender às demandas da sociedade brasileira.

Neste sentido, 1.362 servidores foram capacitados, 1.121 de forma presencial e 241 à distância, fundamentadas na gestão de atividades estruturadas e rotineiras, com foco no alinhamento estratégico institucional. Na modalidade presencial, são promovidos encontros entre os servidores que exercem funções específicas na área judiciária, sensibilizando-os da necessidade de aprendizagem contínua para se atingir melhores resultados, tanto no nível individual quanto no nível organizacional. Na modalidade Ensino a Distância (EAD), o processo de aprendizagem é interativo, tridimensional, de construção coletiva de conhecimento, mediado por tecnologias educacionais síncronas e/ou assíncronas.

No ano de 2016, 72 servidores foram ambientados no tema *educação socioambiental* em estrita observância ao art. 19, da Resolução nº201/15, do CNJ, o qual dispõe: “As iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no plano de treinamento de cada órgão do Poder Judiciário. Parágrafo único: *As atividades de ambientação de novos servidores e colaboradores deverão difundir as ações de sustentabilidade praticadas, de modo a consolidar os novos paradigmas de consumo consciente do órgão*”.

Imbuído nesse contexto, o Núcleo Socioambiental realizou 14 ações de sensibilização do corpo funcional e força auxiliar de trabalho no primeiro ano do PLS-PJPA, abrangendo 257 servidores, 60 terceirizados e 47 magistrados capacitados em sustentabilidade, com foco na eficiência da prestação jurisdicional com redução dos desperdícios, o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, a gestão sustentável de documentos e a promoção de contratações sustentáveis.

Monitoramento das ações propostas no PLS-PJPA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Criar modelo de relatório gerencial voltado às capacitações, conforme indicadores do CNJ, enviando-o, anualmente, ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística /Núcleo Socioambiental Abrangência: Capital	ATENDIDA	- O relatório elaborado.
2	Realizar visitas verdes às unidades para monitorar a aplicação das boas práticas. Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	- Visitas realizadas.
3	Ambientar novos magistrados e servidores sobre as ações de sustentabilidade praticadas de modo a consolidar os novos padrões de consumo consciente do órgão.	EM ATENDIMENTO	- Ambientações realizadas.

	Abrangência: Capital		
4	Realizar videoconferência com os magistrados e diretores de secretaria sobre o PLS-PJPA. Abrangência: Comarcas do Interior	NÃO REALIZADA	- Infraestrutura para a ação ainda em fase de implantação.
5	Implementar o Projeto Reciclar Direito, por etapas. Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	- Projeto implantado por etapas.
6	Premiar as unidades/servidores que atingirem os desafios sustentáveis. Abrangência: Capital	NÃO REALIZADA	- Faltam estudo e análise da premiação.
7	Promover "semanas de descartes" para eliminar estoques paralelos. Abrangência: Capital	EM ATENDIMENTO	- Campanha iniciada.
8	Disponibilizar cursos EAD sobre sustentabilidade. Abrangência: em todo PJPA	EM ATENDIMENTO	- Solicitado curso de sustentabilidade à administração pública, realizado pelo STJ.
9	Capacitar equipes de limpeza quanto à coleta seletiva. Abrangência: em todo PJPA	EM ATENDIMENTO	- Demanda atendida progressivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio para a implementação de um sistema de gestão e logística mais sustentável, sem dúvida, é transpor o discurso para a prática. Teoricamente, nos parece ser fácil entender o princípio da sustentabilidade apenas como o inverso dos valores agregados na pós-modernidade: valores de consumismo, polarização social e indiferença. Contudo, só podemos entender o que vem a ser esse princípio, se nos livrarmos dessa cultura individualista, do "instantâneo" e começarmos a pensar que os pequenos atos terão força para ultrapassar fronteiras e construir, efetivamente, um futuro em prol de nosso maior bem: a vida!

O descarte irregular de um resíduo, a reutilização de um pedaço de papel ou a reciclagem de uma garrafa pet, podem ser, à primeira vista, ações sem sentido ou sem importância, contudo, são essas práticas que garantirão os direitos fundamentais das futuras gerações a um ambiente, este no sentido pluridimensional (ético, econômico, social, jurídico, político, cultural e ecológico), digno, equilibrado e saudável.

Sendo assim, nosso trabalho, demonstrado neste Relatório, apesar de incipiente, representa o desafio diário e incessante, de medição, monitoramento, gerenciamento, conscientização, avaliação e planejamento, como também, a certeza de que avançaremos na aquisição de valores e ações mais sustentáveis, uma real mudança de atitudes e de visão do futuro.

É esta tarefa que o Poder Judiciário do Pará tem a sua frente: tornar-se um Tribunal alinhado a esforços estratégicos para gerenciar de forma eficiente e sustentável materiais e recursos utilizados nas atividades administrativas e jurisdicionais. Através da sensibilização do corpo funcional e da força auxiliar de trabalho, pretendemos direcionar o PJPA a uma definitiva responsabilidade social e ambiental, inserindo-o em um processo de transformação de paradigmas, sublimando ainda mais o respeito a toda espécie de vida no planeta.